



Anais da Assembléia

N.º 48

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1.979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 45.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1.979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

De acordo com o solicitado por essa Presidência e na forma regimental, indico o nome dos Deputados Ruben Valduga, Airton Cordeiro, João Elísio, Augusto Carneiro e Renato Bueno, para integrarem a representação da bancada da ARENA na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o problema na Fundação Universidade de Londrina, bem como o nome dos Deputados Aguiinaldo Pereira Lima, Palácios, Ezequias Losso, Jurandir Messias e Werner Wanderer, para suplentes na referida C.P.I.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de Líder da ARENA nesta Casa, e de conformidade com os dispositivos regimentais, procede, pelo presente, a indicação do Sr. Deputado JURANDIR MESSIAS, para Membro Suplente da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de profundo pesar aos familiares do Senhor GERALDO GOELF e de igual modo aos familiares do Senhor EDSON BATISTA, pelo trágico falecimento ocorrido há dias passados, em acidente, no Município de Guarapuava.

Outrossim, requer, que da decisão do Plenário, sejam científicas as famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor e congratulações à Editora "Beija-Flor Ltda.", de nossa cidade.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(aa) NELTON FRIEDRICH e GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de muitos anos, a literatura paranaense vivia no isolamento total, onde obras eram editadas quando seus autores pagavam as edições por conta própria, ou quando saíam em busca de apadrinhamento.

Além disso, essas obras editadas não ultrapassavam as fronteiras de nosso Estado. Agora porém, com a existência da Editora "Beija-Flor Ltda." e diga-se de passagem, totalmente paranaense, totalmente nossa, que vem divulgando os nossos autores e mais ainda, fazendo com que estas mesmas obras cheguem aos quatro cantos da Nação e que, os escritores voltem a vislumbrar um horizonte mais claro e ao mesmo tempo, mais amplo e seguro.

A Editora "Beija-Flor Ltda.", surgiu em outubro do ano p.p., numa iniciativa louvável do gráfico e professor Eraldo Mário Graeml e do escritor Werner Zotz, e já no mês seguinte eram lançados dois livros, duas obras, cuja aceitação vem sendo altamente considerável.

A direção desta Editora está a cargo de Eraldo Mário Graeml; a editoria a cargo de Werner Zotz, tendo no Conselho Editorial Fernando Nogueira, Reinoldo Atem e José Angeli.

A Editora "Beija-Flor Ltda.", pretende publicar apenas literatura brasileira, e talvez, muito em breve, literatura latino-americana.

Além disso, pretende profissionalizar a relação editora/escritor, investindo no livro, pagando direitos autorais, quando anteriormente o escritor agradecia e ainda pagava ao editor pela publicação de sua obra.

Pretende ainda esta editora paranaense, distribuir os livros editados, a nível nacional.

Nesse ramo, a "Beija-Flor" é a primeira editora paranaense a olhar séria e profissionalmente o escritor e a literatura, adotando linha editorial clara, apresentando esmero visual e gráfico, pagando direitos autorais e distribuindo estas obras em amplo setor.

Daqui por diante, portanto, cremos que o escritor paranaense pode pensar em editar suas obras, pois contará com uma editora paranaense dirigida por gente séria e interessada em difundir a cultura e a literatura de nossa terra e de nossa gente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente à Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, solicitando que sejam efetuadas investigações quanto a denúncia formulada pelo jornal "O Estado do Paraná" de que famílias estão vivendo em estado de subnutrição e sobrevivendo em pequenas choupanas, na área que está sendo reflorestada com "Pinus-Eliotis" pela empresa Técnica Florestal Braskraft e Plantar, sob a fiscalização do IBDF, em Carambei.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

Segundo a denúncia, homens, mulheres e crianças moram em choupanas de uma só peça, sem direito a uma alimentação adequada, num ambiente que não apresenta qualquer higiene e bebendo da água que serve, também, aos animais. Crianças nuas, sem qualquer instrução e saúde ajudam seus pais, enquanto que os mais velhos desempenham trabalhos pesados, recebendo em troca apenas uma alimentação de baixa qualidade.

Acreditamos que a Delegacia Regional do IBDF atenda essa nossa solicitação, porquanto, é humanamente impossível admitir-se que esse estado de coisas, deplorável, permaneça.

A denúncia está inserida no suplemento "Jornal Estadual", de "O Estado do Paraná", edição de domingo último.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação das estradas do trecho que faz a ligação do Município de Santa Helena-Toledo.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é feita em virtude de sabermos que a região em pauta é responsável por grande parte da produção agrícola de nosso Estado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná e ainda assim o Município de Santa Helena é atualmente o único da Micro-Região Oeste da "AMOP" que não possui sua sede municipal ligada em asfalto.

Acreditamos pois, ser justo que também este município receba esta pavimentação, benefício este que virá em troca dos seus inumeráveis esforços.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Senhor Ney Braga, solicitando urgentes providências no sentido de determinar ao Departamento competente, sejam efetuadas reformas e ampliação no prédio do Grupo Escolar Gabriela Mistral, situado na Vila Operária em Maringá, bem como reforma no prédio do Grupo Escolar Presidente Vargas, situado no Distrito de Floriano, também em Maringá.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Apesar de que no atual sistema de manutenção de prédios escolares em nosso Estado, ser feito em convênio com os municípios, entendemos que a responsabilidade da iniciativa de construção, ampliação e reforma dos mesmos, continuam do Estado.

Não pode um prédio escolar como o Gabriela Mistral, situado na Vila Operária de Maringá, abrigando mais de 1.600 alunos, continuar nas condições atuais, sem que providências imediatas sejam tomadas.

A segurança e bem estar da clientela estudantil deve merecer dos poderes públicos tanta atenção quanto a preparação de seus mestres.

Já o prédio do Grupo Escolar Presidente Vargas, situado no Distrito de Floriano, apresenta piores condições.

Cobertura totalmente danificada, obrigando, sempre que ocorrem chuvas, a suspensão das aulas; rachaduras nas paredes, sanitários sem a mínima condição de utilização, enfim, se providências não forem tomadas imediatamente, poderão, inclusive, serem suspensas as aulas naquela unidade escolar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança, Coronel Haroldo Ferreira Dias, expediente para que mande apurar, com a máxima urgência, a responsabilidade do atentado cometido pelo policial Antônio Luiz Macente contra os irmãos Antônio e Ângelo Perussi, durante um torneio de futebol, na cidade de Maringá, no início do corrente mês.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A população de Maringá está apreensiva e preocupada com a violência cometida pelo policial Antônio Luiz Macente justamente num torneio de futebol realizado no Dia do Trabalhador, perante milhares de espectadores.

O fato deve preocupar sobremaneira as autoridades, pois a situação pode agravar-se a qualquer momento, pois a população está revoltada contra o crime ocorrido.

Somente a apuração rigorosa da responsabilidade e a remoção e castigo do culpado pelos incidentes poderá devolver a segurança àquela cidade e à sua população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN, no sentido de que o mesmo informe quais as CIRETRANs envolvidas no derrame de carteiras de habilitação "frias", ou com vícios de origem.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

1) As notícias veiculadas na Imprensa de nosso Estado, nos últimos dias, as informações que o próprio Presidente do Conselho Nacional de Trânsito teria vindo a Curitiba especialmente para verificar um derrame de carteiras de habilitação "frias", nos trazem preocupações, pois sabemos que hoje o trânsito faz mais vítimas que as doenças, e que nosso pedestre vive numa insegurança total, e quando deixa seu lar, nunca pode estar seguro se a ele poderá regressar.

2) Some-se a insegurança, a corrupção, que estará sendo criada e protegida, se medidas energéticas e seguras não forem tomadas contra os responsáveis por tal fato.

3) A nossa preocupação é aumentada ainda, pois somos sabedores que em todo o interior do nosso Estado e, principalmente, na minha região, mais especificamente em Campo Mourão, milhares de carteiras foram distribuídas no último pleito eleitoral, com fins exclusivamente políticos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo assinados, membros integrantes da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o art. 20 da Constituição Estadual, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor NIVALDO ALMEIDA NETO, Secretário dos Transportes, para, perante a Comissão acima citada, prestar os seguintes esclarecimentos:

1 - Quais os contratos para a construção e pavimentação de rodovias, assinadas pela Secretaria dos Transportes, Departamento de estradas de rodagem no período compreendido entre 01 de janeiro de 1.979 e 15 de março de 1.979, especificando empreiteira, importância e objeto.

2 - Quais as obras construídas com os recursos obtidos através financiamentos contraídos no período do Governo Jayme Canet Júnior.

Especificar origem do recurso, bem como, empreiteira, importância e objeto.

3 - Quais as estradas do Programa de Rodovias Alimentadoras que o atual Governo pretende beneficiar com o empréstimo de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), previstos no art. 4.º, do anteprojeto de lei.

Requerem, outrossim, que face o regime de urgência sob o qual se discute o anteprojeto citado, que a presença do Senhor Secretário seja marcada ainda durante a tramitação do mesmo.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(aa) DENI SCHWARTZ, FIORI LUIZ e
NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Senhor LUIZ ROBERTO DA SILVA RATTTO, Superintendente Regional do Banco do Brasil no Paraná, solicitando informações sobre a data em que serão instalados os postos avançados de serviço, criados pelo Banco do Brasil em vários municípios de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à COPEL, SANEPAR e TELEPAR, através do Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam envidados esforços a fim de não se permitir cortes de luz, água e telefones às sextas-feiras, sábados, nos dias que antecedam a feriados e de guarda, em ligações residenciais.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

O corte de luz, água e telefone residenciais realizado às sextas-feiras, sábados e em dias que antecedem a feriados e dias de guarda, não permite o seu restabelecimento, uma vez que os caixas das concessionárias não funcionam nesses dias e mesmo que o pagamento seja efetuado sexta-feira à tarde ou em dia que anteceda a feriados, não existe a possibilidade de religação no mesmo dia.

Estão certas as concessionárias em efetuar tais cortes, pois é dado ao usuário tempo suficiente para a realização do pagamento.

No entanto, em função de que a infra-estrutura desses órgãos ainda não permite a religação logo após o pagamento, não consideramos justo o fato de que o usuário passe esses dias sem os benefícios, principalmente da água e da luz, por ques-

tões humanitárias e porque não dizer, também sanitárias, e muitas vezes até em residências onde existem pessoas doentes.

Está claro que o corte evidencia um "castigo" ao usuário inadimplente, mas se formos calcular o custo do corte, mais as despesas da religação, esse calor não supera a arrecadação que possivelmente o consumidor irá conceder aos referidos órgãos, caso não tenha sido cortado.

Claro está que o corte efetuado nos outros dias da semana deixará o usuário sem tais benefícios somente um dia, enquanto que se efetuado nos dias citados, as conseqüências serão maiores.

Por esses motivos é que encarece a Vossa Excelência, tornar como medidas as recomendações ora aqui lançadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, sejam solicitadas do Excelentíssimo Senhor Nivaldo Almeida Netto, DD. Secretário dos Transportes, informações sobre o que existe de concreto, quanto a rumores de que foi determinada a paralização da obra asfáltica - estrada PR-151 - Palmeira-Ponta Grossa, inclusive com a retirada da maquinaria que estava trabalhando no trecho, que para sua total conclusão estão faltando apenas doze (12) quilômetros.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1.979.

(a) LINEU TURRA.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 60/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ESCOLA DE EDUCAÇÃO FAMILIAR RURAL DE CASTRO", com sede e foro na cidade de Castro, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, foi fundada no ano de 1.959, com o grande trabalho de idealismo da então consulesa da Holanda no Paraná, Senhora Helena van der Berg com o decidido apoio do Centro Castrense de Curitiba.

A Escola de Educação Familiar Rural de Castro acha-se devidamente legalizada, com seus estatutos registrados em títulos e documentos, tendo ainda sido declarada de utilidade pública no âmbito federal, consoante à Lei Federal n.º 6.149.

Das mais destacadas tem sido sua participação na vida do município, com benefícios ainda a municípios vizinhos de Castro, através de diversos cursos que vem ministrando nas áreas de "corte e costura", trabalhos manuais, "arte culinária", "pintura em tela, tecidos e gesso", além de outros, bem como a manutenção do curso de alfabetização de adultos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Darcy Deitos, primeiro orador inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para justificar encaminhamento de um requerimento que fiz à Mesa, onde solicito que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN do Paraná, para que diga quais as cidades do nosso Estado cujas CIRETRANS emitiram carteiras frias, ou, com vícios de origem, porque como é do conhecimento de todos através da imprensa na última semana, tomou

conhecimento de que houve um derrame de carteiras frias, carteiras de motorista no último ano de 1978.

Quem não se lembra da última campanha eleitoral, principalmente no interior do Estado, quando as CIRETRANS foram usadas para fazer campanhas políticas em favor do Partido Governista, principalmente na minha cidade, Campo Mourão, com um derrame público e notório de carteiras de motorista que foram dadas sem que aquelas pessoas estivessem devidamente habilitadas para tal.

Queria também, solicitar ao eminente Líder da ARENA desta Casa, que atendendo às suas palavras de ontem, ele dizia: de que todas as informações requeridas, todos nós teremos essas informações. Então, gostaria de dizer ao eminente Deputado Erondy Silvério, que no dia 21 de março de 1979 fizemos um requerimento a esta Casa, para que fosse enviado um expediente ao DER, a fim de que nos informasse sobre uma questão de asfaltamento na cidade de Araruna, asfaltamento dentro do perímetro urbano, e passados 56 dias, até hoje não recebemos nenhuma informação do DER do Paraná.

Então fica aqui o registro, para que sejamos informados a respeito deste requerimento, formulado no dia 21 de março de 1979 ao DER do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, segundo orador inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Após o invento do "XEROX", ficou fácil copiar idéias, bandeiras e teses.

Sentimos uma ansiedade muito grande em nossa sociedade, no sentido de u'a mudança genérica das regras políticas, para que o povo em geral, possa vir a participar do jogo político, uma vez que até o momento, o governo dita normas, penalidade, infrações, e acima de tudo, pune a seu bel prazer aqueles que demonstram interesse em reforçar a tese pelas mudanças das regras políticas antidemocráticas impostas ao povo, de maneira inóspita, antipática e antidemocrática.

Inicialmente esboça-se uma possibilidade remota, de que se realizem eleições para prefeitos, nas chamadas, consideradas, tidas e havidas como áreas de segurança nacional, que, em nosso entendimento, do ponto de vista político em si, provocou até agora uma insegurança muito grande, além de forçar o afastamento do povo ao direito democrático do exercício do voto.

Esperamos que tal possibilidade não morra nas gavetas de gabinetes luxuosos, dos homens que se apoderaram do poder, para ditar normas, meios e medidas, que sempre coincidentemente, atinge seus interesses próprios, ficando os interesses da comunidade a um plano um pouco inferior, ou ainda, em um prisma digno do merecimento de estudos posteriores.

Hoje, o País vive um clima parcial de movimentos grevistas, apesar de o Chefe da Nação afirmar que aplicará as leis para evitar problemas maiores. Mas as greves estão a eclodir, e com razão. Enquanto isso, o Ministro do Trabalho vai à televisão, para afirmar que atrás desses movimentos grevistas existe a participação de forças alheias às classes trabalhistas. Não entendemos quais seriam ou quais são estas forças. Quem sabe até sejam não forças, mas a fraqueza física de cada trabalhador que o impulsiona a bradar por um salário justo. Mas estas vozes estão sendo abafadas mediante a ameaça do braço forte do Governo.

Neste País rico, a pobreza gera e grassa abertamente em todos os setores. As festividades oficiais, promovidas por órgãos governamentais, são uma verdadeira aberração contra o grito de fome e miséria a que o povo está sendo conduzido.

Estas são algumas das bandeiras da Oposição. Uma bandeira em favor de salários justos, uma bandeira em favor do

direito à greve, uma bandeira em favor do respeito aos direitos humanos, uma bandeira em favor da redemocratização e uma bandeira em favor da realização de eleições diretas.

Muito bem observou o Sr. Deputado gaúcho, Alceu Collares, ao afirmar que "os operários do mínimo integram a macabra posição daqueles que, inexoravelmente, caminham lentamente para a morte, por inanição".

Nós acrescentamos que existem ainda, aqueles que caminham para a morte por inanição, mas que há uma parte muito grande de assalariados, que não mais caminham, e sim, já padecem pela fome, pela subnutrição e pela falta de assistência médico-hospitalar, principalmente no interior do País. Estes são os que estão respirando o ar poluído de uma revolução que hoje os mata por indigência.

Enquanto isso, alguns Parlamentares da Arena, afirmam que "estamos partindo para uma redemocratização lenta e gradual. Que a bandeira erguida em defesa destas causas apregoadas pela Oposição pertencem à Arena, que essa bandeira chama-se João Baptista Figueiredo".

Mas, entendemos nós da Oposição, que a atual bandeirola situacionista servirá, a continuar esta situação de penúria, miséria, prepotência e arbitrariedade, somente para envolver cadáveres fabricados pelo sistema político revolucionário atual, ao lançar mão de "pacotes" bombásticos que são atirados contra os interesses populares. E vem aí a possível extinção dos Partidos, antes mesmo do restabelecimento da democracia no País. Antes de resolver os problemas carentes de solução por 14 anos, antes de se dar solução a esses problemas que afligem a Nação por 14 anos, talvez venha a extinção dos Partidos, como que querendo "colocar a carroça na frente dos bois".

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa presença hoje, na tribuna, se deve a uma visita que fizemos à região do médio Paranapanema, e onde conseguimos, através de contatos com os agricultores, tomar conhecimento de um problema que realmente aflige à agricultura do Paraná, e que colocou em nós uma dúvida muito grande.

Trata-se do plandio de algodão; porque no próximo mês de setembro estará sendo iniciado o plantio do algodão, e naquela região, as informações que conseguimos colher são de que, indiscutivelmente, a melhor semente que é utilizada naquela região, é a IAC-17-paulista.

E nos contavam os agricultores que lamentavelmente essa semente não é comercializada pela CAFÉ DO PARANÁ. E dizem mais, que ainda era impedida a sua comercialização no Estado de São Paulo, para que fosse utilizada em nossas lavouras. Daí então, o requerimento que estamos submetendo hoje à Mesa e a esta Assembléia, para que se oficie à Café do Paraná, para que possamos conhecer a realidade da aplicação das sementes utilizadas e da semente paulista que, segundo todas as informações que pudemos colher, dá uma produção de até 50 por cento a mais da produção que vinha sendo alcançada pela região.

O nosso requerimento vai vazado nos seguintes termos e encaminhado ao Diretor-Presidente da Café do Paraná. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente expediente ao Sr. Presidente da Café do Paraná, contendo reclamos da região do médio Paranapanema.

Ocorre que, em recente visita feita à região, pudemos sentir a grande preocupação dos agricultores, tendo em vista que em setembro deverá ser iniciado o plantio de algodão.

E as informações são no sentido de que a melhor semente

utilizada, com um rendimento superior de quase 50 por cento é a semente IAC-17 Paulista.

Informam mais de que a referida semente só pode ser adquirida no vizinho Estado de São Paulo, não havendo contudo, liberação para sua aquisição.

O apelo que se faz é para que a mesma passe a ser negociada pela própria Café do Paraná.

Por outro lado, ainda existe o apelo para que também a Café do Paraná possa dispor para atender o agricultor paranaense, da semente de amendoim.

Solicitamos assim, para que tais providências sejam tomadas, ou em caso negativo, para que possamos conhecer as razões que não recomendam tal procedimento.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1979".

Portanto, a nossa presença apenas para justificar esse expediente, uma vez que, honestamente, estranhamos e muito as informações colhidas.

Evidentemente somente a Café do Paraná e o próprio Secretário da Agricultura é que teriam condições de esclarecer definitivamente este aspecto, especialmente por se tratar de uma semente que vem de outro Estado, que sofre tremenda fiscalização para ser adquirida e utilizada no Paraná, e quanto às informações que chegam é de que esta semente dá uma produção de quase 50 por cento a mais na produção do algodão.

Era o registro, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezzi. — (Ausente).

Ausente do plenário, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um problema que tem angustiado sobremaneira o Oeste do Paraná, nos traz à tribuna.

Permito-me, Sr. Presidente, a fazer aqui a leitura rápida, do requerimento que encaminhamos, cuja súmula diz: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado subscritor deste, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades regimentais, uma vez ouvido o Plenário, REQUER encaminhamento de SOLICITAÇÕES aos MINISTROS DA AGRICULTURA, DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, aos BANCO CENTRAL DO BRASIL E BANCO DO BRASIL S/A, ao GOVERNADOR DO ESTADO e SECRETÁRIO DA AGRICULTURA DO PARANÁ, para que sejam tomadas ADEQUADAS e URGENTES providências objetivando imediata alteração quanto à época de recebimento, em nosso Estado, (especialmente no que diz respeito à produtiva região oeste), de propostas e aprovações de financiamentos de custeios agrícolas das culturas de SOJA, MILHO e TRIGO.

Na atualidade, tais propostas e posteriores aprovações, QUANTO AO MILHO E SOJA, só ocorrem nos meses de outubro e novembro, e QUANTO AO TRIGO, nos meses de abril e maio de cada ano. Em assim procedendo, os BANCOS OFICIAIS E PRIVADOS, acabam involuntariamente PREJUDICANDO E DIFICULTANDO o produtor rural, uma vez que ao período mais propício no Paraná, sem a menor úvida, para recebimento de propostas e respectivas conclusões, seria — para milho e soja — a partir de julho e agosto, e para o trigo, a partir de janeiro e fevereiro de cada ano.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

a) PRESENTEMENTE, todas as instruções bancárias para financiamento das culturas de soja, milho e trigo, chegam às agências financiadoras da região Oeste do Paraná, por exemplo, com sério e grave atraso de 60 (sessenta) dias, isto é, numa

época incorreta e inoportuna, pois as mesmas são embasadas na época do plantio do Rio Grande do Sul. No Estado sulino a plantação é mais tardia, não correspondendo ao período ideal de plantio em nosso Paraná. Aqui, milho e soja são plantados a partir de agosto-setembro, enquanto o trigo a partir de fevereiro e março.

Como exemplo, basta citar o atual plantio de trigo que, na região Oeste do Paraná, alcança mais de 95 por cento já semeado. No próximo mês de junho, alguns agricultores iniciarão colheita de qualidades precoces, enquanto que os financiamentos de custeio das lavouras — na que quase totalidade — estarão ainda na fase de estudos por parte das agências bancárias, cujas liberações sempre têm sido tardias.

Em todas as safras, acontecem casos de agricultores que efetuaram a colheita antes mesmo do recebimento do financiamento encaminhando, por vezes até suspendendo as operações, com prejuízos de tempo e dinheiro. Há, ainda, casos de produtores que tendo plantado antes do banco liberar o financiamento, são atingidos por intempéries (geada, estiagem, granizo, etc), e acabam com prejuízos totais, uma vez que a instituição bancária, em razão do sinistro, não mais libera o financiamento proposto, ficando sem a cobertura do PRO-AGRO.

b) ACRESCE-SE, por outro lado, além do transtorno, prejuízo e dificuldades que acarretam ao agricultor tal intempetividade de instruções, propostas e aprovação de financiamentos, o produtor se obriga a procurar recursos extras para preparar a terra e semeadura no tempo certo, utilizando-se de empréstimos comuns ("papagaios") a juros elevadíssimos. Tais dificuldades se desdobram às COOPERATIVAS e EMPRESAS fornecedoras de sementes, adubos e defensivos que são OBRIGADAS A ENTREGAR O PRODUTO e AGUARDAR A LIBERAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS POR LONGO TEMPO, por vezes até a colheita, com conseqüentes dificuldades, pois também atrasam compromissos financeiros, com encargos pesados, surgindo um círculo vicioso de dificuldades das mais angustiantes:

c) OBSERVE-SE ainda, que a demora das liberações, altamente prejudiciais ao agricultor e a toda comunidade interiorana, não tem nas agências bancárias a responsabilidade e culpa. O ATRASO ORIGINA-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE NAS INSTRUÇÕES QUE OS ÓRGÃOS COMPETENTES REMETEM AOS BANCOS.

Se as instruções quanto aos financiamentos são tempestivas e corretas para outras regiões do Brasil, NÃO O SÃO PARA O OESTE DO PARANÁ, que planta com antecedência de 60 dias das demais. Vale evidenciar que O OESTE PRODUZ CERCA DE 50 POR CENTO DA PRODUÇÃO PARANAENSE DE SOJA E TRIGO.

d) ALÉM DO MAIS, para atendimento à presente solicitação, para que sejam remetidas com antecedência adequada às instruções aos bancos financiadores, há que se ANTECIPAR IGUALMENTE A FIXAÇÃO — por parte da C.F.P. — DOS PREÇOS MÍNIMOS DO MILHO E SOJA PARA O PRÓXIMO MÊS DE JUNHO (ou mais tardar JULHO) E DO TRIGO, NO MÊS DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, em sendo indispensável para expedição de qualquer instrução de financiamento a existência do preço mínimo do produto, que regula o "quantum" correspondente ao valor da verba do custeio.

O atraso na fixação dos preços mínimos, sempre gerou enormes dificuldades, pois, demorando as instruções de financiamento também demoram as liberações por parte das agências, que passam a sofrer acúmulos de propostas, encaminhadas nos mesmos dias, fazendo com que o agricultor plante sem ao menos saber o preço mínimo que vai receber quando da colheita.

e) FINALMENTE, no momento que se fala tanto em prioridade à agricultura, quando o Ministro da Agricultura

anuncia aos quatro cantos do Brasil que o GOVERNO FINAN-
CIA TUDO QUE SE PLANTA e COMPRA A PREÇO JUSTO
TUDO O QUE SE COLHE, como primeiro passo há que se
fazer alterações como a aqui exposta, para que o produtor
tenha estabelecido o PREÇO JUSTO, NA ÉPOCA CERTA,
COM FINANCIAMENTO SUFICIENTE E TEMPESTIVO,
isto é, SEJAM LIBERADOS RECURSOS QUANDO O PRO-
DUTOR EFETIVAMENTE MAIS PRECISA.

Face ao exposto, é importante também que cada região
tenha diretrizes próprias, não medidas de gabinetes, destitui-
das da realidade agrícola do País.

Por isso, Sr. Presidente, concluo dizendo que além do agri-
cultor sofrer este problema da intempestividade das instruções,
também as cooperativas e as empresas que fornecem sementes,
adubos e defensivos acabam em sérias dificuldades financeiras.

E, por esta razão, cabe ao Governo Federal e aos órgãos
competentes, mudar a sua diretriz. O Paraná não é o Rio Grande
do Sul, o Paraná tem outro tipo de tempestividade, de cultura e
de produção.

Hoje o Paraná está terminando de plantar o trigo e o Rio
Grande está apenas começando a colheita da soja; e nós ficamos
60 dias esperando que venham as instruções para os bancos pri-
vados e oficiais. Enquanto isso, as propostas se acumulam, os
agricultores plantam com recursos próprios, fazendo papagaios,
pagando juros elevados; enquanto isso os comerciantes e as
cooperativas com dificuldades, porque fornecem sementes,
adubos e inseticidas e não têm a liberação desses financiamentos
de susteio e a crise se agrava. É a realidade do Paraná, portanto,
merece uma outra análise.

Solicitamos pois, que esta Assembléia apoie este reque-
rimento, para que as autoridades nomeadas, tenham conheci-
mento e modifiquem; porque tudo está aqui a indicar, Sr.
Presidente, que é mais uma vez presente as diretrizes vindas
dos gabinetes sem conhecer a realidade.

O Paraná, repito, não é o Rio Grande do Sul, e precisa,
portanto, outro tratamento, até na questão das instruções,
para que os bancos procedam financiamento de custeio ao
produtor agrícola. Uma medida de justiça neste momento,
em que o Ministro da Agricultura fala tanto em prioridade
agrícola e que o Governo prega tanto a necessidade da agri-
cultura, é preciso que analise-se a realidade, para que possamos
instrumentar os bancos oficiais e privados e o próprio agricul-
tor, de medidas sérias, tempestivas e adequadas à realidade do
Paraná e da Região Oeste do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a
palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Renato
Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Depu-
tados.

O Deputado Nelson Friedrich insiste na necessidade de
um tratamento adequado do Banco do Brasil às lavouras de
trigo.

Entretanto, Sr. Presidente, venho à tribuna e do jeito que
se está fazendo com o Estado do Paraná, dentro de pouco
tempo talvez haja bem menos terra para ter as suas culturas
financiadas.

Trago em mãos um projeto de lei do Sr. Deputado Mau-
rício Fruet, que visa exatamente sanar uma injustiça terrível
que a União, dentro do seu espírito unitarizante, concentra-
cionista, tem feito contra o Paraná.

O Paraná, nos seus 200 mil quilômetros quadrados de
área territorial, a serem aplicados todos os projetos de aprovei-
tamento hidro-energético do Estado, com bacias de acumu-
lação de águas para a geração de energia elétrica, deverá ter,
ao final desta etapa de aproveitamento, cerca de oito mil quilô-
metros quadrados de sua área inundados com as bacias de
acumulação. E aí vem a grande indagação, indagação que já
fazíamos na fundamentação da nossa CPI de Desparanização:

Quem pagará ao povo do Paraná, dono único e exclusivo desses
200 mil quilômetros quadrados de área, quem pagará a este
povo a cota equivalente à tributação social, das outras alterna-
tivas de produção que cessarão com essas bacias de acumula-
ção? Porque exatamente, Srs. Deputados, essas bacias de acumu-
lação se fazem sobre as áreas ribeirinhas, conhecidamente as
áreas mais férteis e de maior produção no Estado do Paraná.

Mas, com a inundação, cessam as alternativas anteriores
de produção; não haverá mais soja, não haverá mais trigo,
não haverá mais criação de gado; não haverá arroz, não haverá
milho, e não haverá mais qualquer outro tipo de produção;
seja concedido, isto sim, "N" milhões de quilowatts de energia
elétrica.

Entretanto, o Governo Brasileiro, reconhece este direito
ao povo paraguaio, mas não reconhece ao povo paranaense.

E nós desejamos apenas que os brasileiros do Paraná
tenham, no mínimo, um tratamento ao menos semelhante ao
que o Governo brasileiro dedica ao Paraguai.

Assim, em boa hora, o Deputado Maurício Fruet apre-
senta na Câmara Federal, um projeto de lei que, claro, deverá
passar agora pela "Via Crucis" dos meandros burocráticos das
comissões e dos interesses...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lamenta, mas comunica ao
nobre Deputado que tem apenas um minuto.

O SR. RENATO BERNARDI — Lamento ainda mais. Voltarei
oportunamente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador
inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado
Del Ciel, inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

A ditadura brasileira está em estado de coma. Seus dias
estão contados. Não pela mão estendida do atual Presidente
da República, que pretende simbolizar a proclamação do reco-
nhecimento da democracia como um prêmio a um povo ven-
cido e curvado ou prostrado de joelhos ao arbítrio, à tirania
e aos poderosos que tudo puderam nos últimos 15 anos de
sonhos irreais dos governantes, pesadelo do povo brasileiro,
que sempre viram anunciar nas solenidades de posses dos Pre-
sidentes Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazú Médici,
e Ernesto Geisel, a tão decantada democracia, sempre prome-
tida mas nunca implantada.

A ditadura está em coma, condenada à morte, pois o
povo brasileiro nasceu predestinado a ser livre e independen-
te, não se curvando às imposições, sempre contestando e com-
batendo o regime de força.

As vozes do MDB ecoavam nos parlamentos municipais,
estaduais e federais, denunciando o arbítrio, combatendo as
injustiças, sempre em defesa do bravo povo brasileiro, que
lutava no seu trabalho na geração de riquezas para a Pátria e
era empobrecido pelo sistema elitista que concentrava o re-
sultado obtido com sacrifício, suor e sangue do trabalhador,
nas mãos de uns poucos privilegiados amparados pelo manto
protetor dos poderosos.

O Poder Central destruiu a economia popular, empobre-
ceu os Estados e condenou os Municípios à falência com a
implantação de um sistema de arrecadação concentrador,
furtando pela dependência econômica, a liberdade dos Estados,
dos Municípios e do povo brasileiro.

A Oposição sofria a perda de seus porta-vozes, cassados
pelo arbítrio e pela prepotência, em atos próprios de tiranos
que mesmo tudo podendo não suportavam as verdades expres-
sadas nas palavras, única arma da Oposição brasileira, mas que,
como um bisturi, atingíamos tumores malignos no seio dos
poderosos.

Ao MDB só restava combater o bom combate e, e como
combateu.

É verdade que perdendo soldados, mas para cada cassado,
a Nação premiava a Oposição com a eleição de tantos outros, pa-

ra que a luta pela redemocratização continuasse.

A sociedade brasileira já não mais absorvia o anestésico publicitário oficial que por algum tempo iludiu a muitos que esperavam o milagre brasileiro anunciado, prometido e não concretizado.

Todos se ergueram na luta pelo restabelecimento da democracia, não mais aceitando a existência de um Poder Executivo todo-poderoso para um Poder Judiciário impotente e um Poder Legislativo castrado.

A Oposição cresceu, as igrejas, as associações de classe, os empresários, as mulheres, os trabalhadores e os estudantes, enfim, toda a Nação se ergue e, numa só palavra e num só grito de liberdade, democracia, anistia e constituinte, está a condenar a morte da ditadura em coma.

A Nação não aceita mais respirar o ar poluído pela ditadura que contaminou a atmosfera brasileira.

Tudo indica que está alvorecendo um novo dia, atendendo o clamor de um povo que sempre cantou em verso e em prosa "Ou deixar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil".

Todos estão preparados para contribuir na edificação de uma Pátria livre e independente, política, econômica e social, iniciando a escrita de novas páginas da história brasileira.

O brasileiro sobreviveu o passado, conquistou o presente e engrandecerá o futuro de sua Pátria.

Os metalúrgicos do ABC demonstraram a maturidade e conscientização dos trabalhadores na greve reivindicatória, mesmo com a intervenção oficial imposta a seus sindicatos, conquistaram seus direitos de forma altaneira e incontestável, acabando por impor ao Governo, através do Ministério do Trabalho, o fim da intervenção nos sindicatos que voltam a ser ocupados pelos seus autênticos líderes, abrindo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a grande picada para o extermínio do peleguismo em todos os sindicatos de todas as classes trabalhadoras do Brasil.

Sem detalhar outras greves em São Paulo e Rio, entre outras, vamos focalizar a que eclodiu no Paraná, mais especificamente em Londrina.

A greve em Londrina eclodiu em reação a uma miniditadura que estão procurando implantar na Fundação Universidade Estadual, desde que o Dr. Oscar Alves assumiu a Reitoria e iniciou a implantação de um sistema que foi acionado, com maior intensidade, pelo seu sucessor, José Carlos Pinotti, com a criação de organismo de repressão Diretório Central dos Estudantes e dos Diretórios Sectoriais, cassando todos os líderes estudantis, cancelando eleições programadas e partindo para a demissão de docentes comprovadamente capazes, respeitados como profissionais na comunidade e admirados pelos estudantes, causando um grande prejuízo ao nível de ensino naquela Fundação.

Volto a relatar que a Reitoria confiou a administração do Hospital Universitário a um médico coronel, importado de Curitiba, onde consta que foi dirigente de uma equipe de futebol que, assumindo a função, passou a afirmar que ali se encontrava amparado pelo SNI, pelo DOPS e outros organismos policiais e militares, procurando intimidar com ameaças aos docentes e médicos residentes, na tentativa de impor suas ordens, cometendo seguidas arbitrariedades.

No dia 03 de abril próximo passado, a Reitoria anunciava a demissão de cinco médicos docentes, ato que motivou pronta reação de 91 docentes do HU, de todos os 54 médicos residentes, e dos 380 estudantes de medicina, que imediatamente entraram em greve.

Nesta Assembléia, os Deputados do MDB, José Tavares e Fiori Luiz, denunciavam a ocorrência em Londrina.

Imediatamente, este Deputado que ora usa a tribuna, propôs a constituição de uma Comissão Especial da Assembléia para intermediar a crise em Londrina.

E com o eminente Deputado Dácio Leonel, iniciamos os

trabalhos junto aos docentes e residentes do FUEL, buscando uma solução ao episódio e, posteriormente, demos continuidade aos trabalhos com o Deputado Ruben Valduga, sem obter êxito total na missão, face a posições definidas das partes envolvidas, mesmo tendo o Deputado Dácio Leonel apresentado várias propostas naquela oportunidade inviabilizadas, conforme relatórios que apresentamos à Assembléia.

Por sugestão do Deputado Airton Cordeiro, e do Presidente da Assembléia, Deputado Fabiano Braga Côrtes, como Presidente da Comissão de Instrução Pública, convocamos e promovemos uma reunião desta Comissão Permanente, com a presença do Sr. Secretário da Educação que durou aproximadamente seis horas.

Neste mesmo dia, 26 de abril, oficializamos, juntamente com os Deputados Renato Bernardi, Fiori Luiz e José Tavares, com o apoio de todos os Deputados do MDB presentes, e dos Deputados Dácio Leonel, Quielise Crisóstomo, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, da Arena, o requerimento constituindo a Comissão Parlamentar de Inquérito para a FUEL.

No dia 02 de maio, voltamos a reunir a Comissão de Instrução Pública, quando por unanimidade foi aprovada uma proposta de envio de telex aos docentes e à Comissão de Redação do Conselho Universitário que atendia as sugestões dos Deputados Dácio Leonel, Airton Cordeiro e deste Deputado, proposta aprovada pelos Docentes e pelo Conselho Universitário da FUEL.

No dia 07 de maio, recebemos em Londrina, solicitação dos docentes para que promovêssemos uma reunião da CPI para definir questões e interpretações da propositura, e oficializar, através de atos administrativos, a aceitação da proposta pela FUEL.

Imediatamente, mantivemos contatos telefônicos com todos os membros da Comissão e com o Presidente deste Poder, objetivando a realização da reunião da CIP, em Londrina, no dia 08 de maio, o que, pelos elevados propósitos do Presidente desta Casa e dos eminentes Pares da CIP, pudemos efetivar, com a realização da reunião nas dependências da Câmara Municipal de Londrina.

Para a reunião, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, convidamos, oficialmente, o Magnífico Reitor José Carlos Pinotti, convite extensivo ao Conselho Universitário aos Docentes, aos residentes e estudantes, enfim, as partes envolvidas e interessadas.

O Reitor não compareceu à reunião, mas enviou pelos eminentes Pares da ARENA que integram a CIP, a Portaria que solicitamos para oficializar a decisão do Conselho Universitário, suspendendo os efeitos das portarias e demissões dos docentes até o julgamento dos recursos em apreciação.

Durante a reunião, debatendo e esclarecendo aos docentes, médicos, residentes e estudantes que lá compareceram: decidiu a CIP, elaborar um termo que definisse as questões que pudessem suscitar dúvidas, posicionando o que aos Deputados foi relatado em todos os trabalhos desenvolvidos junto à Reitoria, ao Conselho Universitário e aos grevistas, o que possibilitou o encerramento da crise na FUEL, com o retorno de todos os participantes do movimento reivindicatório, a suas atividades.

A Assembléia Legislativa do Paraná saiu engrandecida e valorizada, pela sua decisiva intervenção e participação neste evento. O episódio aqui narrado, fortalece a democracia que prática, conquista vitórias que não seriam obtidas por ditadores ou tiranos.

Cabe-me, neste instante, vencida a primeira etapa da missão deste Poder junto à FUEL, lembrar que temos ainda uma longa caminhada a percorrer, com o trabalho que a Assembléia desenvolverá com a Comissão Parlamentar de Inquérito já efetivada, esperando que o eminente Líder da Arena e do Governo, Deputado Erondy Silvério, cumpra o seu dever

regimental, oficializando a indicação dos Deputados arenistas, para que possamos cumprir mais esta missão que, estamos certos, engrandecerá ainda mais esta Casa Legislativa.

Tenho convicção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todos os indicados pelo MDB e ARENA para a Comissão Parlamentar de Inquérito, despidos dos vínculos partidários, cumprirão sua missão com dignidade, buscando sempre a justiça, o direito e a verdade, respondendo a confiança e os anseios de todos os paranaenses.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Agradeço a Vossa Excelência, e peço desculpas por interromper o pronunciamento que está fazendo, mas acabei de encaminhar à Mesa, apenas para conhecimento de Vossa Excelência e da nobre bancada do MDB, a indicação dos membros da CPI sobre a FUEL, que representarão a Arena na referida Comissão.

Era esta a informação que eu queria prestar a Vossa Excelência.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte informativo do eminente Líder da bancada Situacionista, que, para fazer justiça nos episódios que exigiram a participação sua, relacionados aos fatos ocorridos em nossa comunidade, sempre respondeu prontamente pelo seu Partido nesta Casa, e ora, oficializa a solicitação que fazíamos então, da indicação dos dignos Pares da Arena, para que pudéssemos desenvolver o nosso trabalho, cumprindo a nossa missão na CPI.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, lembramos que se os brasileiros estão a exigir, a determinar e por conquistar a redemocratização da Nação, condenando a grande ditadura, não vamos permitir que no Paraná, pseudos grupos feudais implantem no setor educacional ou em qualquer outro, as mini-ditaduras em detrimento dos direitos, dos interesses e das liberdades do povo paranaense.

As mini e as mini-ditaduras. Os mani e os mini-ditadores, serão efetivamente condenados ao desaparecimento, para que volte a imperar a democracia com liberdade e justiça social. É hora de mudar. O povo quer e terá democracia, liberdade, anistia e constituinte.

Era este o nosso pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o Grande Expediente de hoje.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Consulto à liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre de deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou propondo à Assembléia Legislativa do Estado, envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, dando curso a uma carta que eu recebo, de um dos mais conceituados advogados de Curitiba, Dr. Roberto Machado, em que denuncia um fato lamentável ocorrido com o Comando do Batalhão de Polícia Rodoviária deste Estado.

Em poucas palavras, o fato se resume no seguinte: um cidadão atropelou em Almirante Tamandaré, um guarda rodoviário. Efetivamente ao atropelá-lo, evadiu-se.

Seis dias após o evento, compareceu à Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré, acompanhado de seus advogados, para prestar as devidas informações à autoridade policial.

Quando se encontrava no interior da Delegacia, sendo ouvido pelo Escrivão daquela Delegacia e pelo Delegado de Polícia de Almirante Tamandaré, acompanhado de dois advogados do escritório do Dr. Roberto aqui em Curitiba, entram policiais rodoviários, à paisana, ostensivamente armados e empunhando seus revólveres, seqüestraram aquele cidadão na frente do Delegado e conduziram-no ao Quartel da Polícia Rodoviária de Curitiba.

E não deixam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os

seus advogados o acompanhem, e atravessam a noite com esse cidadão, em intermináveis interrogatórios, fazendo com que o advogado venha a Curitiba, ingresse na 8.^a Vara Criminal com pedido de "habeas corpus", o juiz peça a necessária informação para instruir o "habeas corpus" e então o Comandante daquele Batalhão, libere no dia seguinte, o cidadão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mais grave disso é que amanhã deverá circular na imprensa, a carta que o advogado Roberto Machado fez ao Comando daquele Batalhão. Carta, que jamais vi, tão pesada de acusação, a uma autoridade como esta, que pretendo fazer a leitura desse material.

Sr. Presidente, nessa carta existem expressões que tacham o Comandante do Batalhão Rodoviário do Paraná de Idi Amin; carta que desafia, Sr. Presidente, ao Comandante, processar esse advogado, porque efetivamente, foram cometidos crimes que esta Casa conhecendo, não pode ficar em absoluto, de maneira alguma, calada.

Diz o advogado o seguinte:

"O revólver foi sua lei, nos acontecimentos do dia 08 do corrente. A minha lei, é a lei mesma e a forma de revide àquela agressão é a palavra escrita ou falada, já que não uso outras armas. Uso sim, o direito que me é assegurado pela Constituição de denunciar as infrações cometidas por autoridades que não sabem respeitar os direitos alheios e que nem mesmo poderiam ser autoridades".

E depois de descrever os fatos, diz o Dr. Roberto Machado:

"Agiram, os policiais, como se tivessem planejado uma operação de guerra; simplesmente invadiram a sala daquela Delegacia, onde se encontrava o cidadão que estava sendo interrogado, na presença do Delegado, do escrivão e dois advogados da minha equipe, meu filho e Doutora Eliana, e o trouxeram à força para esse Batalhão, debaixo dos protestos dos referidos advogados.

Pelos patronos foi feito um apelo ao Delegado de Polícia daquela cidade, para que o mesmo fizesse respeitar o recinto e defendesse a integridade do cidadão que estava depondo. Tudo em vão. O clima de violência era tão grande e tão intimidativo, que o Delegado foi esconder-se no banheiro, omitindo-se completamente ante a cena que se desenrolava em sua presença.

O Brasil está cheio de avestruzes. O preso assim seqüestrado foi conduzido para esse Batalhão onde foi interrogado durante a noite inteira, daqueles interrogatórios medievais, onde os interrogadores se revezam para não deixar o preso dormir um minuto. Essas cenas indignas de um policial desse Batalhão Rodoviário, que não foi criado para prender ninguém, duraram das 19 horas do dia 08 de maio até as 10 horas do dia 9, e o preso só foi solto porque houve receio de um "habeas corpus" por mim impetrado, e no qual foi dado o prazo de 12 horas para prestar informações.

A covardia de seus comandados agindo por sua ordem, deixou estarrecidos todos que lá se encontravam e ficaram pensando, como eu penso — que se uma autoridade age dessa forma e um Comandante o autoriza, não poderia, nem o Comandante nem os comandados, seria ao digno povo do Paraná, mostrando-se, antes, dignos serviais do exército de Uganda, sob as ordens do canibal Idi Amin".

Mas, no final de sua carta, Sr. Presidente, diz o advogado:

"Depois do que Vossa Senhoria mandou fazer, receio até pela minha segurança física, mas o fato não poderia passar em brancas nuvens. Estou acusando Vossa Senhoria de ter praticado vários crimes. Se esses crimes realmente não foram praticados, esta carta representará uma calúnia, e Vossa Senhoria então poderá processar-me. Basta fazer o pedido à Procuradoria para apresentação da denúncia, dispensando-se até qualquer inquérito policial. Desafio Vossa Senhoria que o

faça, pois desta forma provarei ao povo do Paraná os crimes que foram praticados”.

E, Sr. Presidente, não é apenas uma carta que me traz a conclamar à Casa, pedindo ao Secretário da Segurança Pública a abertura de um rigoroso inquérito para apurar os fatos. É a sentença, Sr. Presidente, dada naquele “habeas corpus” pelo Juiz Titular da 8ª Vara Criminal de Curitiba, Dr. Carlos Vitor Maranhão de Loyola, que em alguns trechos da sentença diz o seguinte:

“É evidente pois, que o paciente não foi preso em flagrante delito, além de inexistir ordem de autoridade competente determinando sua prisão. Em caso, a atitude tomada pela autoridade co-autora determinando a condução coercitiva do paciente até o Comando do Batalhão da Polícia Rodoviária, onde permaneceu desde ontem até a manhã de hoje, sob o pretexto de que o mesmo necessitava ser ouvido em I.P.M. instaurado, se constitui em ato arbitrário e ilegal”.

E finalmente ao concluir sua sentença, o Juiz diz o seguinte: “Deterino, entretanto, — ele julga o “habeas corpus” improcedente, porque, àquela altura, realmente a vítima já havia sido libertada, — sejam extraídas certidões de todas as peças da presente ordem, inclusive da presente sentença, as quais deverão ser encaminhadas ao representante do Ministério Público, desde que em tese ocorreu o delito de abuso de autoridade”.

Por isso, Sr. Presidente, estou encaminhando à Casa o presente requerimento, que visa solicitar do Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública deste Estado, a abertura de rigoroso inquérito para efetivamente apurar o que ocorreu no dia 08, em Almirante Tamandaré, e se tinha condições, agiu dentro do dever, dentro da lei, dentro da ordem, o Comandante da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná.

Porque, Sr. Presidente, não posso admitir, em hipótese alguma, que alguém usando até os meios de imprensa como tenho certeza esta carta circulará amanhã, atinja um Delegado de Polícia, dizendo que ele foi se esconder no banheiro. Não é possível que autoridades arbitrárias, escoradas atrás de um revólver, usem e abusem da força. Não é possível, quando o próprio Presidente da República estende a mão e os nossos policiais estendem o revólver. Não é possível, que as autoridades policiais do Paraná ajam desta maneira, às barbas do Governador, às barbas do Secretário, porque foi aí no vizinho Município de Almirante Tamandaré.

Se aqui fazem isso, o que dirá no nosso interior, no recôndito do nosso interior do Estado, como aconteceu na minha cidade de Pato Branco, ainda no corrente mês de maio, quando um Delegado de Polícia extorqui 60 mil cruzeiros de duas pessoas, porque torturou os seus amigos primeiro para conseguir o objetivo. E o fato foi denunciado nos jornais da Capital na última segunda-feira.

Tem esta Casa que tomar uma providência efetiva, no sentido de que o Sr. Secretário da Segurança Pública averigüe a existência desses fatos. E se eles não ocorreram, que realmente este advogado que faz uma carta tão pesada, tão contundente, responda, porque aí é ele que está abusando da autoridade.

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento) Nobre Deputado, só a título de esclarecimento, pediria a Vossa Excelência que me informasse se é o Comandante da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná ou o Comandante do Destacamento local.

O SR. NILSO SQUAREZI — Tenho aqui a informação, dado o “habeas corpus” pelo Major Sérgio Mastek Ramos, Major Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado do Paraná. É esta a autoridade co-autora.

Declinei o nome para informar a Vossa Excelência.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho este requerimento nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para endossar pedido de instauração de inquérito administrativo contra atos de abuso de poder do Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado, tendo em vista a carta-denúncia inclusa, ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública do Paraná, autoridade responsável e competente para tomar as medidas legais cabíveis, no sentido de que sejam rigorosamente apuradas as responsabilidades dos fatos ocorridos no último dia oito de maio, na Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré, em que foi vítima de seqüestro o cidadão Euclides Rosina.

Da decisão, comuniquem-se o Dr. Roberto Machado, autor da denúncia, bem como a vítima do abuso de poder, e ao Dr. Promotor Público da 8ª Vara Criminal da Capital.

Acompanha o presente pedido, carta do advogado, Dr. Roberto Machado, Sentença do MM. Juiz da 8ª Vara Criminal e Informação do Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1979.

(a) NILSO SQUAREZI”

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Consulto à Liderança da Arena, se deseja fazer uso de seu horário. (Pausa)

Falará no Nobre Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou ocupando hoje a tribuna, para falar sobre o encaminhamento de um pedido que fiz em data de hoje a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, para que não se procedam cortes das ligações de água, luz e telefone, nas sextas-feiras, ou nos dias que antecedem os feriados.

Este pedido, que por certo será acatado por Sua Excelência, é baseado no pensamento de que se o usuário deixou de pagar na sexta-feira, por certo ele terá como castigo de sua inadimplência, que viver às escuras na sexta, sábado e domingo, que são dias dedicados ao descanso.

A punição será extensiva demais, porque não se pode fazer a religação no dia imediato.

Da mesma forma, que se procede com a água e telefone. Hoje, já tem entendido a jurisprudência brasileira de que a água, como produto essencial, não pode merecer cortes.

Mas também pensamos que se o usuário deixa de pagar uma quantia que para muitos será pequena, mas se para a pessoa que não tem aquela importância, não detém aquele valor para fazer o pagamento, isto vem aumentar ainda mais a sua fadiga, o seu descontentamento, e vem aguçar ainda mais o mau-estar que lhe causa a sua própria situação.

Dá porque o Estado assim fazendo, deixando que pelo menos no fim de semana tenha tempo de buscar por meio de empréstimos de um parente, de um amigo, de um compadre, enfim, possa na segunda-feira, ser feito o pagamento, e não haverá então esta punição, esta penitência imposta ao usuário pobre.

Se, por outro lado a pessoa deixou de pagar por esquecimento, não é justo que pague por isto, que também é inadimplência, três dias de falta desses serviços essenciais. De sorte que, baseado neste pensamento, de que a medida não traz nenhum prejuízo ao Estado, muito ao contrário, ela é inclusive uma forma de economia ao serviço público, porque a ligação e religação no dia imediato são dois serviços que custam ao Estado, e que irão, fatalmente, por conta do usuário inadimplente. Então, para que não se criem tais situações, é que faço nesta data, o pedido; e peço a essa Assembléia que entenda o propósito do pedido, e que o referendo seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados e suplentes, que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Fundação Universidade de Londrina. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Jurandir Messias, para suplente da Comissão de Constituição e Justiça. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/77, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina "Antônio Lacerda Braga", a rodovia que liga o Município da Lapa ao de Porto Amazonas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.

Sobre o Projeto de Lei n.º 24/77, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, no seguinte teor. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a retirada, por 15 dias, da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 24/77, face a existência de outro de n.º 15/77, com o mesmo teor.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1979."

- Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/78, de autoria do ex-Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a "GUARDA-MIRIM DE MARINGÁ", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 07/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Cidade Gaúcha, Francisco Alves, Planaltina do Paraná e Santa Inês, objetivando o combate à erosão urbana nas sedes dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 10/79, que aprova o convênio celebrado entre diversos órgãos da esfera federal e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, objetivando formalização de cooperação técnica e financeira na execução de projetos vinculados ao Plano Nacional de Segurança de Trânsito. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 26/79, que aprova o convênio celebrado entre os Governos dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e a SUDESUL juntamente com

o BRDE, objetivando realização de estudos do Plano de Operações do Programa de Agroindústria da Região Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 32/79, que aprova o convênio celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios de São Miguel do Iguaçu, Nova Cantu, Bom Sucesso, Guapirama e Itaguajé, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 39/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Borrazópolis e Bituruna, com a participação da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/78, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO SANTO ANTÔNIO DO BEM-ESTAR AO MENOR - ISABEM", com sede e foro na cidade de Santo Antonio do Sudoeste. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/79, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 29/79, no qual solicita autorização para revogar doação de área de terras, situada no Município de Cambé, e que era destinada à construção de prédio para um Grupo Escolar. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/79, de autoria do Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública o MIS - Movimento de Integração Social de Balsa Nova com sede e foro no Município de Balsa Nova. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/79, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que autoriza a doação de imóvel de propriedade do Estado e ao Município de Matelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Ortodontia de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Aprovado, o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 50/79, quem estabelece limites autorizativos para contrata-

ção de empréstimos, obtenção de financiamentos internos e externos pelo Tesouro Estadual, bem como concessão de garantias, fiança ou aval, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 45/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, através da administração direta ou indireta, autorizado a, durante o período de 1979 a 1983, contratar empréstimos e a obter financiamentos internos até os limites anuais estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e respectivas regulamentações para, especificamente, atender a despesas de capital programadas em atividades, projetos e programas contidos nos orçamentos anuais e plurianuais aprovados pelo Legislativo.

Art. 2.º — Para fazer face a despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais e plurianuais, o Poder Executivo, através da administração direta ou indireta, fica também autorizado a contratar novos empréstimos externos, em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte).

Parágrafo único — Para as operações de crédito referidas neste artigo, a presente autorização não dispensa o Poder Executivo da obtenção de anuência expressa do Senado Federal, nos casos em que tal formalidade for exigível por dispositivo constitucional.

Art. 3.º — A execução do disposto nos artigos 1.º e 2.º poderá efetivar-se em uma ou mais operações, em qualquer data, e com uma ou mais entidades financeiras ou fornecedoras.

Art. 4.º — O Poder Executivo fica autorizado, também, a contratar, além do montante referido no Art. 2.º desta lei, operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para atendimento do Programa de Rodovias Alimentadoras do Estado do Paraná.

Art. 5.º — A concessão de fiança, aval ou outras garantias e a prestação de contra-garantias a novos empréstimos e financiamentos internos e externos da administração indireta do Poder Executivo, poderão ser efetivados em valor adicional às autorizações contidas nesta lei, até o limite de 50% das mesmas, observada a legislação pertinente em vigor.

Art. 6.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia, mediante caução ou qualquer outra forma de vinculação, as ações de Sociedades de Economia Mista em que o Estado é acionista majoritário, e que excederem a 51% (cinquenta e um por cento) do capital subscrito e integralizado, com direito de voto, em cada Sociedade.

Parágrafo único — A efetivação da outorga das garantias a que se refere este artigo dependerá de prévio pronunciamento da Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 7.º — O prazo de amortização, carência, juros e taxas adicionais e comissões referentes a empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e às exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 8.º — O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício; bem como para os juros e demais encargos da dívida contratada e a contratar.

§ 1.º — As dívidas internas serão dissociadas das exter-

nas, compondo projetos distintos no Orçamento.

§ 2.º — Os encargos com a dívida a contratar serão calculados com base no montante de receitas oriundas de operações de crédito previstas no orçamento do mesmo exercício, levando-se em consideração as datas previstas para sua efetivação.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 45/79

Com a Mensagem que encaminhou a esta Casa, onde se transformou no Projeto de Lei n.º 50/79, pretende o Sr. Governador do Estado exercer direito que lhe é conferido pela Constituição Estadual de propor à Assembléia que, dentro da competência que lhe é outorgada pela mesma Carta, em seu Art. 21, VIII, "d", autorize obtenção de empréstimo externo e outras operações que o projeto especifica e que se incluem, todas, entre as que encontram respaldo legal no dispositivo constitucional referido.

Da utilidade e oportunidade da proposição governamental dispensamo-nos de maiores considerações, pois as razões alinhadas são fartamente elucidativas.

Não há, quanto ao aspecto legal e constitucional, qualquer óbice a consignar, razão porque damos ao projeto nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

JOÃO ELÍSIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 45/79

— É fato incontestável, é verdade evidentiíssima, que aos Estados membros da Federação falta capacidade para conduzir seus programas de investimentos ou para ampliar suas atividades de atendimento comunitário mediante emprego, exclusivo, de recursos próprios. Nem mesmo uma unidade federativa tida como rica, privilegiada como a nossa.

— Eis porque, entendemos perfeitamente plausível a pretensão proposta pelo Executivo no projeto em exame. Se também no Paraná se constata possibilidade apenas relativa de operar com seus próprios recursos, não se pode desconhecer, por outro lado, seu ritmo de progresso que nada tolhe, sua resistência a imprevistos por vezes calamitosos, sua permanente ascensão potencial, aspectos que lhe asseguram perspectivas de assumir compromissos e oportunamente resgatá-los.

— Contraindo empréstimos externos, em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a 150 milhões de dólares; contratando operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento até o valor de 80 milhões dólares; ou, ainda, contraindo empréstimos internos, enfim, obtendo tempestivamente recursos adicionais aos seus, está o Paraná não apenas concretizando algo desejável, como atendendo a imposições inarredáveis, quais sejam, dar sequência ao programa de obras em andamento, encetar novas realizações e viabilizar um mais perfeito e equânime atendimento de gritantes imperativos sociais.

— A captação de recursos pretendida, e decorrentes concessões de garantias, avais e contra-garantias, são todas medidas que requerem autorização desta Casa, que não as pode negar, já que propostas com atendimento de todas as exigências e respaldadas na reconhecida capacidade de endividamento deste Estado, ainda muito distante de uma indesejável saturação.

— Somos de parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei n.º 45/79.

Sala das Comissões, em

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA - Presidente

GABRIEL MANOEL - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, no seguinte teor: (Lê)
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, e tendo em vista o que dispõe a Constituição Estadual no artigo 39 e seus parágrafos, que estabelece ser o Tribunal de Contas do Estado órgão auxiliar do Poder Legislativo, que em sentido amplo significa a sua integração no mesmo sistema de freios e contrapesos da Constituição, seja o mesmo solicitado a se pronunciar quanto ao aspecto legal e técnico da Mensagem Governamental n.º 50/79, pela qual pretende obter o Excelentíssimo Senhor Governador autorização da Casa para empréstimos externos colocado hoje em 1.ª discussão, sustentando-se para esse fim a sua tramitação até que seja colhido o aludido parecer.

A atribuição do Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, segundo Aliomar Baleeiro, é antes, durante e depois dos atos administrativos. (Introdução à Ciência das Finanças, vol. II).

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1979."

A Mesa informa que, na base do art. 123, § 4.º, deixa de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder, atribuições privativas do Legislativo. Entretanto, de acordo com o artigo 125. (Lê o art. 125)

O SR. LINEU TURRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA - Sr. Presidente, data vênua da decisão de Vossa Excelência, entendo que o Tribunal de Contas não é órgão estranho deste Poder, porquanto está expresso na Constituição que ele é órgão auxiliar deste Poder. Integra, como órgão auxiliar deste Poder, na forma da Constituição, o controle orçamentário e político dos atos administrativos, antes, durante e depois, segundo ensinamentos do saudoso financista Aliomar Baleeiro.

Portanto, Sr. Presidente, nos termos do artigo 125 do Regimento Interno, recorro da decisão de Vossa Excelência ao Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) - Sr. Presidente, não fora o respeito que sempre tivemos pelo nobre Deputado Lineu Mansani Turra que é efetivamente, um Deputado que honra este Poder Legislativo, a sua atuação nesta Casa tem sido clara e definida em favor das legítimas causas populares, até diria estranhar o procedimento do Sr. Deputado, tentando colocar o carro na frente dos bois.

Ora, compete ao Tribunal de Contas o exame das despesas realizadas, jamais julgar "a priori" uma mensagem que visa apenas solicitar uma autorização legislativa para contrair empréstimos internos e externos. Porque, quem aprova não é nem mesmo este Poder.

De acordo com o Artigo 42, da Constituição Nacional, compete ao Senado da República - e toda a Casa sabe disso - a aprovação de pedidos de empréstimos externos de qualquer natureza.

Se não fora ainda o artigo tão bem citado pelo Sr. Deputado, o Artigo 123, § 4.º, do Regimento Interno da Casa, ainda teríamos em socorro a decisão da Mesa, que argumentar com o que dispõe o § 1.º, do Artigo 177 do Regimento Interno, que prescreve que "as matérias em regime de urgência não admitem adiamento de discussão e votação".

Portanto, foi muito bem posta a decisão de Vossa Excelência, Sr. Presidente. E a bancada da ARENA, em que pese o respeito, em que pese a admiração que sempre nutrimos pelo Sr. Deputado Lineu Turra, somos obrigados a votar contra

tão esdrúxula proposição que tenta submeter, antes da apreciação pelo Poder Legislativo, à apreciação de um órgão auxiliar desta Casa, no exame de contas realizadas na execução da proposta orçamentária do Estado.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa submete à decisão do Plenário em não receber o referido requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. (Pausa)

35 Srs. Deputados aprovam a decisão da Mesa;

14 rejeitam. - Aprovada a decisão da Mesa em não receber o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, não é propriamente para discutir a matéria, mas para fixar a posição da bancada do MDB.

Sr. Presidente, esta bancada, composta por 24 Srs. Deputados, 11 dos quais, Sr. Presidente, não participaram da Legislatura anterior, o que vale dizer, Sr. Presidente não participaram da discussão das últimas propostas orçamentárias, como também respeitável e ponderável número de parlamentares da bancada da Aliança Renovadora Nacional não participaram da discussão e aprovação dos projetos orçamentários que estão em vigor.

Sr. Presidente, considerando este aspecto, e considerando o precário tempo que foi fornecido à Casa para estudar a matéria, a bancada houve por bem, deixar questão aberta, porque há entendimento diverso entre os componentes da bancada do MDB, no sentido de votarem quer favorável, quer contrariamente à pretensão do Governador, em colher este empréstimo.

Devo dizer que, entre as razões daqueles que votarão contra, alinham-se Sr. Presidente principalmente, o cerceamento do direito sagrado que o Parlamentar tem, de se informar das coisas. Porque os Deputados do MDB que na bancada defenderam a posição contrária ao empréstimo, alinharam-se todos eles, Sr. Presidente, principalmente, na falta de informações que este Poder não conseguiu colher, porquanto, a presença dos dois Srs. Secretários de Estado não esclareceu a pergunta básica que antecipadamente foi formulada, e que consta das notas taquigráficas, Sr. Presidente - da aplicabilidade dos recursos, onde vão ser aplicados.

A resposta dos Secretários é a de que, "para cumprir o orçamento". E aí então volta, Sr. Presidente, ponderável número dos nossos Deputados não participaram da discussão, votação e elaboração do Orçamento que está em vigor, o que vale dizer, esses Deputados ficaram tolhidos de receber a informação necessária a tomarem o seu posicionamento.

Por isto, a nossa bancada, livre e soberanamente, deixou a questão aberta e esta questão, inclusive cristalizou-se aqui, alguns dos Deputados votando contrariamente à pretensão do eminente e nobre Deputado Lineu Turra. Por isto a posição do MDB é questão aberta, principalmente porque, não encaramos como um fato político, mas meramente administrativo, em que, cada Deputado deve ter a liberdade de se posicionar e de entender livre e soberanamente, qual deva ser a sua posição.

Por isto não há questão fechada, e esta Liderança deixa de inteira liberdade, a que cada Deputado, dentro dos limites que o Regimento lhe permite, se conduza como bem entender.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Continua em discussão.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de hoje, esta Assembléia Legislativa do Paraná vota em primeiro turno, a Mensagem de Sua Excelência o Sr. Governador, que pretende que esta Assembléia o autorize a contratar empréstimos.

Devo confessar que dentro das minhas limitações, dentro daquilo que acho razoável, dentro da minha formação, dentro dos meus princípios e principalmente dentro da precaução, é que tomei a liberdade de vir a esta tribuna colocar o meu pensamento e dizer da minha conduta com relação a esta Mensagem Governamental.

Vimos, no último dia 9, muito gentilmente Sua Excelência o Sr. Secretário das Finanças, vir a esta Casa e discorrer sobre a matéria que ora se discute.

Naquela oportunidade, diversos Senhores Deputados, sabatinaram tanto o Secretário das Finanças, quanto o Dr. Véspero Mendes, Secretário do Planejamento e entendi e cheguei à conclusão de que tanto o Secretário das Finanças, como o Secretário do Planejamento, concordam com algumas posições adotadas por membros deste Poder, que se precavam no que diz respeito ao futuro, mas a minha preocupação maior, não é no que diz respeito propriamente ao montante do empréstimo. A minha preocupação maior, pela formação que tenho, pelo que tenho visto com a pouca idade que possuo, mas pelo que tenho sentido também em ver este País, já tão tomado por outros.

Ninguém nesta Casa pode negar, que o nosso País indisciplinado como está, quase que sempre o termo popular deve aí ser usado: deve pedir a bênção aos outros padrões, e a nossa preocupação é exatamente essa, quando lá com Sua Excelência o Sr. Secretário das Finanças, levantamos a possibilidade de que, a Mensagem oriunda do Executivo tivesse no seu bojo, a inconstitucionalidade.

Pretende o Governo do Estado, através do Artigo 1.º da Mensagem, da administração direta ou indireta, que o "Executivo fique autorizado a durante o período de 1.979 a 1.983 contratar empréstimos e obter financiamentos internos".

Faço um ponto final, até aí, no Artigo 1.º. Com relação a este parágrafo lido, não vai aí a minha preocupação. Apenas daríamos aval ao Governo, para durante esses quatro anos através evidentemente de resolução do Senado, e dentro das limitações do seu orçamento, contratar empréstimos internos.

A minha preocupação maior é no que diz respeito a outros artigos desta Mensagem.

O Artigo 2.º diz o seguinte:—"Para fazer face a despesas com execução de obras públicas, de infra estrutura e outras despesas relativas a programações contidas nos orçamentos anuais e plurianuais, o Poder Executivo, através da administração direta ou indireta, fica também autorizada a contratar novos empréstimos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte".

E o artigo 4.º reprisa o mesmo pedido, só que através do Banco Interamericano de Desenvolvimento até o valor de oitenta mil dólares para atendimento do programa de rodovias alimentadoras do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A minha preocupação maior fica aí, e principalmente, no Artigo 6.º da Mensagem que se refere às garantias com relação aos empréstimos externos.

Este artigo 6.º diz que: Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia, mediante caução ou qualquer outra forma de vinculação, as ações de sociedades de economia mista, de que o Estado é acionista majoritário e que excederam a cinquenta e um por cento do capital subscrito integralizado, com direito de voto em cada sociedade".

Primeiramente, como poderíamos definir o que seja ação.

Ação ou ações, no entender de Rui Carneiro Guimarães,

volume I, Sociedade por Ações, define - a palavra ação é, geralmente, empregada para designar uma das partes de valor igual em que se divide o capital da companhia. A ação é assim a unidade de capital.

A palavra "ação", entretanto, é usada em muitos outros sentidos. Carvalho de Mendonça, citado por Rui Carneiro Guimarães, esclarece que a ação exprime a parte social representada por um título negociável e transmissível no qual se materializa o direito de sócio. Para o comercialista brasileiro, a palavra "ação" designa uma das frações do capital da companhia, o complexo de direitos e obrigações de quem pagou ou prometeu pagar uma daquelas frações, habilitando o titular a fazê-lo valer contra a sociedade e coletividade dos sócios. É um título ou documento que representa a prova e aprova esses direitos e obrigações.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados que a intenção do Governo do Estado em propor a esta Casa, que se dê ações das sociedades de economia mista, em garantia a empréstimos exteriores, um de cento e cinquenta milhões de dólares e outro, de oitenta milhões de dólares; entendo e fico com meu entendimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que o artigo 6.º desta solicitação governamental é inconstitucional. E por esta razão procuro em Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu comentário ao art. 168 da Constituição Federal, em que diz:—

§ 1.º — A exploração e aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou sociedades organizadas no País.

E comenta o ilustre jurista - como deflui claramente, do texto, a exploração de recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, depende do consentimento da União, seja através de autorização, seja por meio de concessão federal na forma de lei regulamentar.

E prossegue - proteção os interesses nacionais - para proteção dos interesses nacionais, o aproveitamento dos recursos acima referidos devem ser confiados, exclusivamente, a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, ou seja, devem ser atribuídas à pessoa física que seja nacional, a qualquer título, inclusive, o naturalizado, ou pessoa jurídica que por ser organizada no Brasil, tenha por isso, a nacionalidade brasileira.

Vejam, Vossas Excelências, que a nossa Constituição, no que diz respeito à exploração das jazidas, alega e diz - que deve ser dado, exclusivamente a brasileiros; mas, de outro lado afirma também que possa ser dado a brasileiro naturalizado ou, ainda à pessoa jurídica que por ser organizada no Brasil, tenha por isso a nacionalidade brasileira.

Esta 2.ª parte a que me referi, continua, o preceito constitucional não parece dos mais felizes, já que uma sociedade organizada no País pode ser controlada de fora do País. Disto decorre um eminente risco para que a formalização da sociedade se tenha dado perante a lei brasileira e no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o ilustre Secretário das Finanças veio a esta Casa, nós no entendimento de que não se pode dar em caução ações de companhias brasileiras em detrimento de empréstimos a grupos estrangeiros, vedado na Constituição, perguntamos àquele ilustre Secretário sobre o seu entendimento no que diz respeito a esta matéria.

E a resposta do Sr. Edson Guimarães, Secretário das Finanças foi a seguinte: Vou procurar responder: O espírito da Constituição é a autorização para exploração de jazidas e potenciais hidráulicos. Estamos conversando sobre propriedades de uma sociedade anônima. Então o Estado poderá caucionar X por cento das ações da COPEL, caucionar qualquer autorização do poder concedente, no caso o Ministério das Minas. Vou lhe explicar exatamente qual o objetivo deste

artigo.

E Sua Excelência o Senhor Secretário, mostra alguns exemplos de ações dadas em garantia mas apenas para empréstimos internos, não para empréstimos externos.

Mais adiante, o Sr. Secretário das Finanças, diz o seguinte: Entendi o seu ponto, o Senhor quer dizer o seguinte, que não deveríamos caucionar ações de empresas estaduais a entidades estrangeiras. E respondi: exatamente.

O Secretário das Finanças - Ah, não! Isso inclusive é regulado por outra matéria do Banco Central que efetivamente não permite. Agora a intenção aqui não é dar ações a entidades estrangeiras. O Senhor veja o seguinte: Uma é tomar empréstimos de entidades estrangeiras; outro é dar garantias provavelmente a entidades nacionais, tipo BNH, ELETROBRÁS, BNDE, que quando são empréstimos ajustados existem garantias reais.

O Sr. Secretário das Finanças se referiu novamente: A caucionar ações de companhias de economia mista, em empréstimos internos, nunca externos. E continua: Concorro com o seu sentido. Em hipótese nenhuma e não é intenção do Governo dar garantia de ações a bancos estrangeiros. E fico a perguntar, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sua Excelência o Senhor Secretário das Finanças vem a esta Casa e concorda com o ponto de vista deste Deputado, dizendo que não é intenção do Governo dar garantia de ações a bancos estrangeiros. E solicita, através o artigo 6.º da Mensagem Governamental, que se dê ações, que se caucionem ações de companhias de economia mista a grupos estrangeiros em relação aos empréstimos pleiteados pelo Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a delicadeza que Sua Excelência veio a esta Casa, devo também delicadamente dizer do meu pensamento no que diz respeito, principalmente a essas atitudes que se tomam. E no começo do meu pronunciamento, falava e dizia que estamos nós, pelo menos eu, "até aqui" de ver este País vendido, a se dar à grupos estrangeiros o que é nosso. Falta, como bem diz um grande amigo, vergonha na cara.

E faço agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu testemunho, como outros empréstimos que foram feitos nesta Casa, se caucionaram ações governamentais em 1977. Qual a garantia que nós temos que o Governo irá pagar estes empréstimos?

Sei eu, sabem os Senhores, daqui dez anos quem estará à frente do Governo e então vamos esbarrar no que diz, o que chamamos ainda de Constituição, que veda a qualquer estrangeiro de participação de ações em empresas nacionais.

E vamos longe, parece-me que quando Sua Excelência, o Secretário das Finanças, veio a esta Casa, se fez de desentendido, porque disse que nunca o Estado perderia o controle acionário das suas empresas. Evidentemente, porque a Mensagem oriunda do Executivo, fala em excederem a cinquenta e um por cento.

A nossa tese é outra, não é se dar em garantia quarenta e nove por cento, é não se ter uma ação sequer na mão de estrangeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro e já disse e repito, de minhas limitações, do que entendo e sinto, voto neste turno, Sr. Presidente, em que esta Assembléia analisa a constitucionalidade do projeto, voto contrariamente à sua maneira de como foi enviado à esta Casa.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento) — Antes de mais nada, o cumprimento a Vossa Excelência pelo brilhantismo desta exposição e gostaria de me somar aquilo que foi expressado pelo nobre Deputado, e de pedir também a oportunidade a todos os companheiros do MDB e também à bancada Situacionista nesta Casa, que prestassem bastante atenção e até, me permito pedir ao Sr. Deputado, que reprisasse as fontes apresentadas aqui,

nesta exposição. Porque estas, são das mais alta respeitabilidade e que por certo abrirão as mentes de muita gente que não está atenta para as preocupações que vive este País.

Em nossa campanha eleitoral usamos bastante, dada à preocupação que tivemos, a dívida externa deste País. Tenho a impressão que o objetivo seria de diminuí-la, jamais de aumentá-la. E esta dívida só tende a aumentar dentro deste pedido que é feito. Por isto gostaria, Sr. Deputado, que repetisse as fontes informativas, para que todos nós tivéssemos um pouco mais de atenção e pudéssemos abordar com mais carinho e mais conhecimento, pode-se dizer, este projeto. OSR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS — Se Vossa Excelência me permite apenas, completando o que comecei, meu caro Deputado Gabriel Manoel, para que esta Assembléia realmente, possa sentir de que algumas coisas que colocamos aqui não foram tiradas "daqui de dentro", mas de dentro da Constituição onde os constitucionalistas brasileiros que colocam as suas posições, com relação principalmente a este artigo da Constituição.

Em que se procura através da lei, segurar o que é nosso; razão pela qual, não vou ler novamente o que li, o que comenta o artigo 168 - Manoel Gonçalves Ferreira Filho, este grande constitucionalista, porque entendo e fui bem claro, quando a Constituição veda e o constitucionalista demonstra até, a fragilidade do artigo, no que diz respeito a estrangeiros naturalizados ou a firmas constituídas aqui e manipuladas fora deste País.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Estamos observando, com cautela, a explanação de Vossa Excelência.

Sabemos que Vossa Excelência foi um dos alunos exemplares nos bancos escolares e como nós estudamos dentro da nossa limitação, como diz Vossa Excelência, como diz o latim, comércio do latim "Comertion", é a troca ou a permuta de mercadoria, quando se dá em garantia, Sr. Deputado, uma mercadoria que são as ações, nós estamos dando apenas em garantia, porque nós confiamos no Governador Ney Braga, como confiamos no ex-Governador Jayme Canet Júnior, que contraiu empréstimos e estão sendo pagos direitinho, pelo atual Governador. E confiamos mais na potencialidade do nosso Estado, que não será isso, Deputado Daros, que vá desmoralizar as finanças, do Estado do Paraná, que é um Estado progressista, que há de pagar suas dívidas integrais. E as ações, sabe bem Vossa Excelência, são apenas para uma garantia que ninguém dá dinheiro sem garantia.

Então Vossa Excelência como bom brasileiro, como bom paranaense, deve procurar que se carreie benefícios e que se aplique na infra-estrutura do Paraná, neste Estado gigante que todos nós queremos ver na senda do progresso, deste progresso que há de vir para nossos filhos, para nossos netos. E nos causa, Sr. Deputado, Vossa Excelência vir aqui à tribuna, procurar cercear um empréstimo que há de beneficiar Vossa Excelência e todos os paranaenses e principalmente os seus eleitores e os nossos eleitores, que não querem outra coisa a não ser ver o dinheiro do povo, embora em empréstimo, devolvido, aplicado em benefício do próprio povo.

Esse dinheiro, Deputado, não vai ser aplicado em bandalheira; vai ser aplicado dignamente por Ney Braga e por toda a sua estrutura em benefício da infra-estrutura do Estado do Paraná, do Porto de Paranaguá, das estradas vicinais. E isto me causa estranheza, Vossa Excelência estar aqui repudiando um empréstimo que devia receber de braços abertos, para que o dinheiro do nosso povo, seja aplicado em benefício do seu povo e do meu povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Deputado Gabriel Manoel, não quero aqui nesta oportunidade, fazer críticas ou agradar quem quer que seja. Só quero dizer a Vossa Excelência, que se Vossa Excelência tivesse ido à Comissão de Constituição e Justiça, escutar, ouvir o que o Secretário das Finanças deste Estado disse, Vossa Excelência iria concordar comigo, que o Governo do Sr. Jayme Canet não foi como se diz, se vê o Orçamento do Estado, com uma receita de dezenove bilhões de cruzeiros e prova está aí, a despesa passando a vinte e dois bilhões de cruzeiros.

Comprova desse jeito, que o Estado do Paraná, no meu entender, está dom "déficit" de três bilhões de cruzeiros, razão pela qual esta Mensagem foi enviada a este Poder. O Estado do Paraná não está às mil maravilhas.

Sr. Presidente, não vou aqui, nesta oportunidade em que procuro apenas mostrar o meu conceito com relação a esta Mensagem Governamental entrar no mérito da bondade ou da ruindade do Sr. Ney Braga. Tenho um conceito próprio dele, e a Casa sabe disso. Não vou entrar no mérito do Governo. Não devo.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Eminentíssimo Deputado Adalberto Daros. Vossa Excelência traz a esta Casa, uma verdadeira preocupação, quanto à constitucionalidade do projeto de lei ora focalizado, que pretende autorização legislativa para conquistar vultosas somas de empréstimos no exterior. Assumindo o Paraná e conseqüentemente o seu povo, um verdadeiro contrato de risco, quando o Estado do Paraná oferece como garantia do seu endividamento, ações das companhias de economia Mista.

Nós sabemos e reconhecemos o poder de geração de riquezas e de recursos do obreiro povo do Estado do Paraná.

Mas, já temos como agravante o episódio da TELEPAR, TELEPAR que já não mais pertence aos paranaenses, TELEPAR absorvida justamente em função de empréstimos, de compromissos e endividamentos junto à TELEBRÁS que veio por encampar a então nossa TELEPAR.

Vemos aí as multinacionais, esvaindo a economia do povo brasileiro em todos os setores e nos preocupamos, preocupação que deve ser transferida aos eminentes Parlamentares do Partido Situacionista, e a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná, que, com esta reivindicação, com esta solicitação, com esta solicitação e com esta lei autorizatória, poderá comprometer definitivamente os destinos das companhias de economia mista que tiveram as suas ações caucionadas para garantir as somas pretendidas pelo atual Governo do Estado do Paraná.

Alegam até mesmo a existência de "superavit" no exercício passado, para justificar a abertura de novos créditos.

Então, também há necessidade de que o governante paranaense tenha a precaução de confiando no poder de geração de recursos do povo paranaense, de evitar o comprometimento definitivo das companhias do Estado do Paraná, porque o Estado ou a Nação que se compromete com as grandes potências multinacionais e com as empresas econômicas das poderosas nações, estão, na realidade, a comprometer a liberdade do povo brasileiro, vendendo e comprometendo a liberdade da Nação, da Pátria e da nossa gente.

Cumprimento a Vossa Excelência, neste instante, por argüir com propriedade a inconstitucionalidade da matéria que deve merecer melhor apreciação de todos os eminentes Pares desta Casa.

Muito obrigado eminente Deputado, e apresento ainda os meus cumprimentos pelo brilhantismo de Vossa Excelência nessa tribuna, e as nossas escusas por não termos sido breves no aparte que ora oferecemos a Vossa Excelência.

O SR. ADALBERTO DAROS — Meu caro Deputado Del Ciel, Vossa Excelência frisou bem da sua preocupação constante de podermos acertar. Isso me lembra uma briga antiga brasileira, quando da criação da PETROBRÁS, uma briga incessante de bons brasileiros e que resultou efetivamente numa companhia eminentemente nacional.

Mas, a nossa preocupação surge de tempos para cá, quando se vê o Governo abrir algumas janelas com os contratos de risco. Quando se vê o Governo a falar até em contratos de risco para exploração da Amazônia, no que diz respeito a madeira; quando se vê falar tantas coisas como estas, quando se vê o Governo tomar atitudes que o povo chega a estrangular; quando se vê o Governo falar em abertura e aí está o Congresso a votar, hoje, a prorrogação de mandatos de diretórios municipais dos partidos.

Vê-se o Sr. Presidente da República ir a uma cadeia de rádio e televisão jurar que fará deste País uma democracia, o que se vê o Governo propor agora, a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores.

Entendo democracia o exercício do voto.

Entendo democracia a alternância no poder, como se vê na Inglaterra, quando um ministro, por apenas um voto, o Governo propõe nova eleição. E o que se vê? Uma renúncia do Primeiro Ministro Trabalhista, em detrimento de sua derrota. Isso entendo democracia.

Agora, a ver o Governo fechar sindicatos, a prender gerais, a fazer o que tem feito, não entendo democracia. O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS — E por preocupar-me tanto não com a democracia desta forma como é feita por eles, mas por preocupar-me com o que é nosso, com o solo que, pelo menos, temos ainda, ou parte dele que temos.

Esta uma das razões pelas quais vim esta tarde à tribuna, colocar o meu entendimento ao se dar o que é nosso em garantia aos estrangeiros. Sem falar, evidentemente, no que o Governo propõe na abertura e na extinção dos partidos.

Tem o aparte o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo. O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência até está fazendo graça no final, porque realmente é engraçado o seu pronunciamento.

Como homem eleito dentro do sistema, reclamando do sistema, sinto o desenrolar de seu pronunciamento, que Vossa Excelência talvez esposasse a idéia da prorrogação do mandato dos Deputados. Porque aqui não se fala da prorrogação do mandato dos prefeitos. Defende-se uma tese de interesse político nacional: é a coincidência dos mandatos.

De há muito se discute a coincidência de mandatos, que todos nós e o povo brasileiro sabe, visa evitar as repetidas eleições anuais.

Vossa Excelência reclama da prorrogação até mesmo do mandato dos diretórios municipais.

Ora, Sr. Deputado. Estamos fazendo a prorrogação dos mandatos dos diretórios municipais do MDB. Qual a inconveniência que vê nisso?

Em se tendo a prorrogação dos mandatos dos prefeitos, por que teríamos eleições de diretórios, agora com mandatos para dois anos, sem o exercício de eleições nesse período?

Então, Vossa Excelência nota que uma coisa está vinculada a outra. E a prorrogação dos mandatos, se vier, se advier dos mandatos dos diretórios municipais — é um raciocínio lógico de um político inteligente que vê um outro episódio dependente deste.

E Vossa Excelência, para radicar a sua posição de "homem contra", "se hay gobierno soy contra"...

O SR. ADALBERTO DAROS — Contra o seu, sim.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Contra o governo brasileiro, porque não sou governador, ainda.

O SR. ADALBERTO DAROS — Mas sustenta, Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Talvez um dia mereça o seu voto para isso. Mas, ainda não sou.

Estou defendendo o seu governo. Governo que permitiu que Vossa Excelência fosse candidato e eleito Deputado Estadual.

Hoje, este mesmo Governo tem crédito para pleitear empréstimos internacionais. Graças a Deus e aos nossos governantes, podemos pleitear e haveremos de conseguir esse empréstimo, porque o conceito do governo brasileiro, o conceito do governo estadual e no governo federal, estes conceitos fazem merecedores de créditos, o governo do Estado e o Governo Nacional, de empréstimos internacionais.

Sabe muito bem Vossa Excelência que muitos Estados da União pretenderam e pretendem empréstimos que o próprio Governo da União não permite. Mas este Governo, honrado, que tem a liderança tranqüila de Ney Braga, desde longa data para orgulho nosso, tem conceito para pleitear empréstimos, porque sabe Vossa Excelência que, dentro do raciocínio apenas comerciante, não político, é aplicando dinheiro por antecipação que nós haveremos de poder edificar uma nação.

Se nós fizéssemos o Brasil ou fizéssemos o Paraná apenas por sua própria economia, jamais teríamos o Paraná que temos. É através do crédito dos políticos deste Estado, que nós temos um Paraná com épocas marcadas, a exemplo do Governo de Jayme Canet Júnior, que marcou no mapa do Paraná uma nova geografia, o Paraná de antes e o Paraná de depois de Jayme Canet; graças ao crédito e às dívidas contraídas que haveremos de pagar, com dinheiro muito melhor ganho pela arrecadação futura, muito mais rica, se Deus quiser.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Deputado Quielse Crisóstomo, estou vendo que na ARENA também se pratica democracia. A sua opinião com relação à prorrogação de mandatos, não é bem a opinião de seu Líder.

O Sr. Quielse Crisóstomo — É coincidência de mandato; não prorrogação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Ou que seja coincidência.

Se o Deputado Erondy Silvério me permite, gostaria de colocar, pelo menos eu escutei numa rádio da cidade, hoje pela manhã, uma entrevista de Vossa Excelência, em que Vossa Excelência se coloca contrário...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência me dá uma feliz oportunidade, inclusive poupando a alguns Deputados desta Casa, o trabalho de solicitar à Rádio Capital a minha gravação, a gravação da minha entrevista.

E vou repeti-la, porque é o pensamento de um homem livre que sempre teve a coragem necessária de emitir suas opiniões pessoais, embora estas desagradem a algumas pessoas.

Quando fui solicitado pelo repórter daquela rádio, a emitir a minha opinião com relação à prorrogação de mandatos, eu disse que, como Parlamentar, era contrário, porque o povo quando vota, o fez por tempo certo, e qualquer prorrogação seria, digamos, uma frustração ao eleitor brasileiro; mas, existem circunstâncias em que determinadas medidas se impõem.

No instante em que vemos o Presidente João Baptista Figueiredo e todo o seu Ministério, empenhado numa luta titânica para debelar os índices inflacionários que vêm realmente afogando o assalariado brasileiro; no instante em que o Presidente estende a mão a todos os patrícios, pedindo a sua colaboração nessa luta que não deve ser apenas a luta do Presidente e do seu Ministério, mas, a luta de todos os brasileiros, uma eleição por 2 anos, já que existe Emenda determinando a coincidência de mandatos em 1982, uma eleição por 2 anos viria tumultuar a vida do País, não só pelos gastos dela decorrentes, mas como pela exacerbação das paixões, pelas pressões que os Executivos da própria ARENA, do Partido do

Governo fariam sobre o Poder Central, para o afrouxamento das medidas implantadas visando o controle da inflação, seria altamente desaconselhável à Nação.

Nestas circunstâncias eu era, como sou, favorável à prorrogação dos atuais mandatos de Prefeitos e Vereadores, para atender o dispositivo que prevê a coincidência de mandato em 1982. E aí afirmei e volto a afirmar alto e bom som, poupando aos meus inimigos gratuitos, o trabalho de solicitar à emissora de rádio a fita gravada da minha entrevista.

Volto a repetir. Embora esta prorrogação dos atuais mandatos de prefeitos e vereadores constitua um certo sacrifício ao povo brasileiro, porque os prefeitos corruptos, ladrões, que fraldaram a confiança do povo brasileiro, ganharão mais dois anos de mandatos, ao que o entrevistador perguntou-me: Mas prefeitos corruptos, de que partido? "De ambos os partidos", porque tanto o MDB como a ARENA têm em suas fileiras homens dignos, homens que têm um verdadeiro senso de patriotismo e um acendrado amor à Pátria brasileira, mas sob sua sombra, escondem-se os corruptos, cujos exemplos puniram aqui no Paraná, e não venham os Srs. companheiros da Arena querer me puxar as orelhas, porque há poucos dias, nós vivemos um episódio no Paraná, onde, devido a acusações de corrupções administrativas, um dos mais importantes municípios do Estado teve seu prefeito obrigado a renunciar, porque não suportava mais a pressão do povo contra os seus desmandos administrativos.

Era a oportunidade que Vossa Excelência me deu, para esclarecer essa dúvida, bem como outra. Quando perguntaram-me o que eu achava das defecções verificadas nas fileiras arenistas, com a transferência de alguns parlamentares para o Partido de Vossa Excelência, respondi que o bi-partidarismo sempre culmina numa alternância de poder.

Vossa Excelência citou o caso da Inglaterra, e eu cito ainda diversos. Não precisa citar diversos países em que se pratica o bi-partidarismo, ou pelo menos, são apenas dois Partidos que têm influência decisiva no eleitorado, como é o caso dos Estados Unidos, nós vemos revezarem-se no Poder, ora o Partido Democrata, ora o Partido Republicano.

Na Inglaterra, caiu agora o trabalhismo, e os liberais conquistaram a maioria no Parlamento inglês, e o Brasil não fugirá à regra.

O Partido que hoje é da Oposição vem crescendo a cada eleição, porque existe realmente descontentamento da parcela do povo contra determinados atos dos governos arenistas. E é evidente que, renunciando-se uma possível subida do MDB ao Poder, ao meu ver, remota por diversas razões, é evidente que os fisiológicos já estão procurando abandonar o navio ao primeiro sinal.

São contra esses elementos que me revolto, que reajo, que não me conformo com atitudes de homens que só querem estar ao lado dos vitoriosos e dos poderosos.

Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência involuntariamente me concedeu, de me posicionar onde eu sempre estive, onde sempre estive na minha vida pública, ao lado da verdade e ao lado dos homens de bem.

O SR. ADALBERTO DAROS — Deputado Erondy Silvério, pelas suas palavras eu me congratulo, só não consegui até hoje, nesses tantos anos de Revolução, entender uma coisa.

Em 1964, disseram e dizem que fizeram a Revolução para acabar com a subversão e com a corrupção.

Pergunto a Vossa Excelência, onde andam os prefeitos corruptos, que todos sabem, onde anda o Sr. Haroldo Leon Peres, na Guanabara? No Estado do Rio de Janeiro, agora passeando em Copacabana?

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite mais um aparte? Eu não gostaria de descer à declinação de nomes, porque senão teria que perguntar onde andam alguns Prefeitos do Partido de Vossa Excelência.

O SR. ADALBERTO DAROS — Perfeito.

O Sr. Erondy Silvério — Não quero magoar Prefeitos, que inclusive pertenceram ao Poder Legislativo. Eu gostaria que Vossa Excelência me poupasse de lhe fazer idêntica pergunta.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço a Vossa Excelência, mas eu sempre digo que a verdade tem que ser dita.

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa pede escusas ao nobre Deputado Adalberto Daros, mas comunica aos Srs. Deputados e à Casa, que está dando colorido todo especial em nossas galerias, onde se encontram diversas Senhoritas candidatas ao título de Miss Paraná, representando vários municípios do nosso Estado.

A Assembléia Legislativa, com muito orgulho, recebe as Senhoritas em suas dependências e, para saudá-las, em nome deste Poder, concede a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente. Antes de mais nada, meu agradecimento muito sincero pela oportunidade que me é dada, de falar à beleza da mulher paranaense, em fazer esta saudação em nome de todos os Deputados desta Casa.

Realmente, numa sessão onde as emoções e as tensões começam a tomar conta de cada Deputado aqui presente, a beleza das nossas misses de diversas cidades de nosso Estado, vem dar um colorido todo especial, vem trazer um sorriso para cada um, e vem colocar uma gotinha de colírio nos olhos dos vilões desta Casa.

Confesso que estou muito feliz, e quando digo que estou muito feliz, falo em nome da nossa bancada, em ver que realmente, a cada ano que passa, a beleza da mulher do Paraná vai se realçando mais.

Nós tivemos uma emoção muito grande quando da chegada dessas misses aqui. E, longe de MDB, longe de ARENA, longe de qualquer partido político, está a dimensão que cada Deputado tem, que cada ser tem, que cada homem tem, também, de analisar a beleza da mulher.

Tenham todas vocês a certeza de que receberão as torcidas de todos os Deputados desta Casa, no próximo sábado, quando vocês estarão concorrendo ao Miss Paraná 79, nesta promoção de Danilo D'Ávila Propaganda, uma promoção que realmente enalteece o Paraná no setor de beleza.

E creia você, mulher vencedora deste concurso, que terá a torcida não só dos Deputados que aqui estão, mas a torcida de todo o Estado do Paraná, um dos pujantes desta Federação e temos certeza também, absoluta, que o Paraná estará muito bem representado, não só em Brasília, mas, porque não dizer, uma mulher do Paraná, como já ocorreu em outras ocasiões, bem representando este Estado e este País em outros cantos deste mundo que é muito grande.

O nosso coração, posso até dizer, está balançando, meus caros Deputados, mas balançando na torcida que esses corações estarão fazendo para a vitória da beleza da mulher do Paraná; beleza onde não encontro até adjetivos para qualificá-los.

Sucesso a todas as mulheres que estarão concorrendo, no próximo sábado, ao Miss Paraná. E maior sucesso ainda, à representante deste grande Estado em Brasília, quando do concurso Miss Brasil e, queira Deus, no concurso Miss Mundo.

Meus parabéns a todas vocês e muito obrigado, em nome desta Casa, por trazerem tanta beleza nesta tarde de quarta-feira.

Muito obrigado. -- (Com revisão do orador).

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE — Em nome das demais Misses aqui presentes, falará a Senhorita Helen. (Palmas).

SRTA. HELEN — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, digníssimos Srs. Deputados, boa tarde.

Hoje, sentimo-nos imensamente felizes por sermos aqui-nhoadas com esta significativa visita que traz em seu bojo as mais belas paranaenses de alguns dos diferentes municípios deste grande Estado.

Aqui na Capital, congregadas por este certame de beleza, recebemos o prazer deste contato. Parabenizamo-nos com Vossa Excelência, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, e aproveito o momento para citar as personalidades que fomentaram este fabuloso encontro: Sr. Danilo D'Ávila, o propagandista, coordenador geral do concurso de Miss Paraná; patrocinadores Canal 4, TV Tupi; Coordenadora Sra. Tita Bastos e assessores.

Nesta festa de conagração, integração e entrosamento cultural e social, será rotulada por nós de grande importância cultural. O nosso grande abraço, e deixamos aqui, neste momento, como se fora uma comunhão de todo o nosso amor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa suspende a sessão por alguns minutos, a fim de que os Srs. Deputados tenham a oportunidade de cumprimentar as Misses aqui presentes. (Pausa) (É suspensa a sessão)

Declaro reaberta a presente sessão, registrando com satisfação a presença, em nosso plenário, do Sr. João Baptista Arruda, Prefeito Municipal de Francisco Beltrão.

Com a palavra o nobre Deputado Adalberto Daros.

A Mesa lembra ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem mais dez minutos, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. ADALBERTO DAROS — Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de continuar, vou conceder aparte ao Deputado nosso amigo de Londrina, Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Obrigado, Sr. Deputado Adalberto Daros.

Nós acompanhávamos com muita atenção, apesar da alusão de um companheiro da Arena, citando a provável brincadeira do seu pronunciamento, eu acho que a brincadeira hoje é um privilégio dos tecnocratas encastelados em Brasília.

Com relação ao problema paralelo levantado, da extinção definitiva dos Partidos, nós tivemos um contato, por volta de meio-dia com Brasília, e praticamente definida a extinção dos dois partidos. Como diria o Sr. Sebastião Nery: "Abertura com ditadura dá rima, mas não dá democracia".

Realmente, uma atitude que marca as aspirações de um povo, porque os jovens de hoje não aceitam a extinção do MDB. Porque quando o Governo criou os dois Partidos, os jovens daquela época, hoje adultos e eleitores, tinham, naquela época, por volta de 1966, oito, nove ou dez anos, portanto, completamente descompromissados com a ex-estrutura partidária.

Quando a Revolução adotou a Arena como filho favorito, ela certamente esperava que esse filho criasse estrutura e crescesse amparado pelas bases populares. E devia pensar, é claro, que o outro filho, o MDB, marginalizado, não encontraria forças para crescer, não se tornaria adulto e não teria independência.

Mas as coisas se inverteram e agora o Ministro Petrônio Portela contrata, para seu Consultor Jurídico, o baiano Ruby Nogueira, professor, radical de direita, para as reformulações partidárias, para tratar de assunto importante como a anistia e outros assuntos, também da mesma importância. E, sendo um radical de direita, o baiano Ruby Nogueira só poderia partir para esta atitude de extinção dos Partidos.

Mas é interessante, como o sujeito que tem de fazer uma cirurgia no tornozelo e os médicos do Planalto acabam anestesiando o braço.

Com relação à discussão da Mensagem do Executivo, o que parece estar existindo é uma pressa, uma urgência na aprovação deste Projeto, porque o Governo do Estado do Paraná deve estar ciente de que o Governo Federal vai arrolhar com lacre, as vias legais para empréstimos externos, e não vai demorar muito.

Não é possível analisar esta autorização para obtenção de empréstimos de u'a maneira isolada, Sr. Deputado. Existe a vinculação, existe a dependência, a interligação, pois tais medidas, sem maior critério de planejamento, acabam estufando o bolo da dívida externa nacional.

A nossa dívida sofre crescimentos espantosos na medida em que o País vai se afundando nas dívidas. Evidentemente, que o empobrecimento é maior e não precisa ser nenhum economista para observar a relação dramática, quanto mais empobrecemos, é evidente que teremos que contrair mais empréstimos.

Ninguém até hoje, deste Governo revolucionário, estudou o assunto com a seriedade que ele exige. Os números neste País, são levados na base da brincadeira, tanto é que um personagem de televisão alcança os mais altos pontos no IBOPE.

O Governo da Revolução, nestes 15 anos, nunca se preocupou em estudar detalhadamente, com critério, o endividamento, as suas causas e as suas conseqüências. O Governo da Revolução nunca estudou séria e honestamente, a obtenção destes recursos do exterior. É hora de cobrar do Governo Central e também dos governos estaduais uma prestação de contas, sem engodos, sem subterfúgios e sem artimanhas. E se uma prestação de contas séria, criteriosa, à luz dos fatos, à luz dos números e à luz das conseqüências.

O Brasil está enterrado até o cabelo, na areia movediça dos empréstimos; e o Paraná por extensão também. Este País está mergulhado nesta escuridão da incompetência, da corrupção e da ganância desenfreada, nada é feito criteriosamente.

O Paraná cujo progresso é fruto do seu povo e da sua gente, está acompanhando vivamente o processo que visa este empréstimo nesta Casa; e nós sabemos que o projeto será aprovado. Mas vamos ficar vigilantes e cobrar a aplicação desse dinheiro; aplicação que deve ser revestida em benefício do Estado e não para favorecer grupos políticos ou grupos econômicos ligados ao Governo. E é preciso também saber exatamente o nível da especificação, porque a exposição é muito vaga, principalmente com relação a 150 milhões de dólares.

Obrigado, nobre Deputado Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o nobre Deputado Fiori Luiz.

E, se os Srs. Deputados me permitem, gostaria apenas de dar o aparte ao Deputado Gernote Kirinus, mas lembrá-lo que eu para concluir, terei menos de cinco minutos.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, gostaria de aproveitar esta oportunidade que Vossa Excelência me dá neste aparte, e dizer e creio que Vossa Excelência há de convir comigo, de que nós somos candidatos e somos deputados, não por concessão de sistema algum.

Não foi por concessão do sistema que nós saímos candidatos; não fomos feitos por sistemas, mas pelo povo que, inclusive, nos incumbiu de combater o sistema naquilo que está errado.

E está errado arrastar o povo através de u'a miséria cada vez mais agravante, com endividamento da Nação cada vez maior; tanto é que me permito lembrar aqui que se em 64 dizia-se que uma das razões para fazer a revolução foi o endividamento externo, quando se alcançava apenas as cifras de 3,2 bilhões de dívida externa, hoje torna-se em 45 bilhões de cruzeiros; mais necessário fazer uma revolução.

Gostaria também de alertar aqui, nesta oportunidade e dizer, quanto à prorrogação de mandatos, como foram feitas alusões em apartes anteriores, quando se fazia simplesmente o jogo de palavras, dizer que prorrogação não significa a prorrogação de mandato, mas sim a coincidência das eleições.

Lembro aqui um jornalista que esteve apreensivo diante do fato de ter que dar uma notícia que a censura não iria permitir; ou que o dono do jornal não iria permitir.

E a notícia era a seguinte: "Aumentou o número de "Bóias Frias" no Paraná. E, num relance de inteligência, o jornalista teve o mesmo jogo de palavras, dizendo: "Aumentou o consumo de comida congelada no Paraná".

Feitas estas observações, não vou deixar despercebido nesta Casa, de dizer isto.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço a Vossa Excelência, e nesses dois minutos, gostaria de, meu caro Deputado Kirinus, como Vossa Excelência diz; quando o meu amigo o Deputado Quielse achava que será até engraçado o que eu havia dito; digo ao Deputado Quielse que quando o circo pegar fogo, muita gente vai ter que correr da Arena. O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento) Realmente, eminente Deputado, o que dá prá rir da prá chorar e virou letra de samba, na Pátria brasileira.

Somente tenham consciência, todos os componentes deste Poder, que a Oposição nunca procrastinou leis autorizatórias para contração de empréstimo, e não se postará na condição de oposição radical, visando prejudicar o Governo, o Estado e o povo. Mas temos, isto sim, preocupações com os meios e os processos utilizados para atingir os objetivos do eminente Governo do Estado do Paraná.

O povo quer democracia; o povo implica em eleições e a coincidência de mandatos é um verdadeiro crime contra este anseio do povo brasileiro.

Vimos, e fomos premiados na tarde de hoje com o concurso de beleza da mulher paranaense, que se realiza a cada ano; concurso de beleza, alegria do povo, alegria dos Deputados com as visitas anuais feitas a este Poder, com a democracia que deve ser praticada sempre, não com eleições de ano em ano, pelo menos a cada dois anos, justificando o nosso posicionamento radical, aí sim, contra a coincidência de mandatos.

O SR. ADALBERTO DAROS — Muito obrigado. —

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 45/79.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia foi movida pela máquina hidráulica do Governo, a se pronunciar a respeito da mensagem do Poder Executivo, que visa obter empréstimo no exterior, através de concessão a ser feita eventualmente por este Poder Legislativo.

A matéria deu início à sua tramitação pela via adequada do processo legislativo, passando pelas Comissões Técnicas desta Casa, e depois de debates sérios travados, sobretudo na C.C.J., chegou-se a pedir, a solicitar o comparecimento de dois Srs. Secretários de Estado, a esponderem esclarecimentos a respeito do mérito da matéria, visando a obtenção de um empréstimo equivalente ao "quantum" previsto no anteprojeto, então anteprojeto, da ordem de 150 milhões de dólares, conforme diz o seu artigo segundo.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, instada a declinar a sua orientação para que esta Casa deliberasse, não chegou a esgotar a matéria profundamente, Sr. Presidente, tendo em vista que, apesar do pedido de urgenciamento de votação da matéria, não houve um estudo mais acurado, um estudo mais profundo, a respeito do problema de ordem constitucional, buscado nos melhores doutrinadores de Direito Pátrio, e do Direito paralelo, para se estabelecer o primado, o criterioso princípio de Direito Constitucional.

E esta Assembléia, Sr. Presidente, está sendo movida a examinar esta relevante matéria. E não se trata de um posicionamento político puro e simplesmente. Trata-se, isto sim, de dar uma destinação ao patrimônio público do Estado do Paraná, ou de comprometê-lo, ou quem sabe, de agilizar as normas

para que o Estado possa agredir as dificuldades de gestão dos negócios públicos.

E realmente, em última análise, este empréstimo representa, no mínimo, uma alteração no gráfico financeiro do Estado do Paraná.

E o Governo, para solicitar o consenso, a autorização do Poder Legislativo, se estribou na argumentação de que o Estado necessita do pretendido empréstimo do exterior, ou captado no mercado exterior, para satisfazer programas e projetos já delineados no Orçamento votado na legislatura anterior, determinando, através desta Lei de Meios, os recursos para que o Governo pudesse desenvolver a administração global do Estado.

Entretanto, a previsão orçamentária - e falo nisso preliminarmente, Sr. Presidente - a previsão orçamentária não quer dizer a concessão antecipada deste Poder Legislativo, não constitui, por assim dizer, qualquer antecipação autorizatória para buscar-se recurso, quer no estrangeiro quer no mercado internacional, ou quer no mercado interno financeiro.

Absolutamente, este não é o pensamento dos melhores doutrinadores.

Baseado neste princípio, apesar de termos, na Constituição Brasileira, que é questionada a todos os momentos de sua validade, da vigência de vários textos, pelo princípio da legitimidade, da legitimidade legisferante do texto constitucional.

Então, Sr. Presidente, se buscarmos nos princípios e nos parâmetros de Direito Constitucional, seja ele no Direito interno, seja ele no mais ou menos análogo Direito argentino, quer seja no Direito americano, quer seja no Direito francês, é verdade, Sr. Presidente, que neste País gigante pela sua extensão territorial, gigante pelas suas limitações culturais, gigante pelas abusivas leis arbitrárias, tem imperado, principalmente nestes últimos 15 anos, uma imposição ao Poder Legislativo, a quem é atribuída uma grande missão histórica, como ocorreu já em outras épocas revolucionárias.

Mas, aqui, Sr. Presidente, baseado principalmente neste princípio, e não no Direito escrito, mas no princípio, na doutrina, na essência do pensamento do espírito das leis, não temos porque deixar passar esta oportunidade para buscar um entendimento consentâneo com a realidade nacional.

E é justamente por isto, Sr. Presidente, que entre as pretensões aqui declinadas pelos Srs. Secretários de Estado, das Finanças e do Planejamento, onde aludiram que esses recursos haveriam de ser captados no mercado internacional, ou seja, em bancos que operem no setor financeiro específico como é o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e como é o caso, provavelmente, do banco cuja sigla é BIRD, de âmbito internacional, onde vários Estados-Nação intervêm para formar o seu capital, para dar o suporte financeiro a título de empréstimo, às nações sub-desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Por aí já se vê, Sr. Presidente, que há um aspecto meramente especulativo do mercado internacional, do domínio do capitalismo internacional, do grande capitalismo, diga-se de passagem, a impor às nações pobres, às nações em desenvolvimento, uma limitação no seu poder aquisitivo, no seu crescimento real nacional.

E é justamente, Sr. Presidente, baseado nesses princípios de liberdade, nesses princípios de direito que seria, como diria Justiniano, um direito natural de cada cidadão perfilhado numa nação legitimamente constituída de defender o seu patrimônio, seja através da ação dos seus administradores, seja através de seus fiscalizadores, o Parlamento.

Desses recursos, Sr. Presidente, 80 milhões seriam destinados à aplicação em rodovias alimentadoras. E como me referi anteriormente, rodovias alimentadoras que estão previstas genericamente, na Lei de Meios, porque, apesar, como

bem diz o Deputado Deni Schwartz, apesar de estar codificada a Lei de Meios, ela não passa de uma listagem de intenções. E isto por que? Se em outros Estados-membros como é o caso do Rio Grande do Sul, como é o caso do Estado de São Paulo, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Acre onde a maioria, no Parlamento Estadual, é detida pela Oposição, os Governadores têm o devido cuidado de mandar às Casas Legislativas a codificação específica de aplicação das verbas públicas.

No Estado do Paraná, já de longo tempo os orçamentos públicos não dizem claramente quais são as obras a serem realizadas. Mas isto, Sr. Presidente, será objeto de uma indagação a respeito do mérito. Por agora, queremos nos ater apenas ao aspecto jurídico-constitucional.

E a propósito. O Secretário das Finanças -- antes que eu perca a oportunidade de dizer -- o Secretário das Finanças do Estado é taxativo em reconhecer que a dívida do Paraná, a curto prazo, é muito apertada, já que em 79 o encargo da dívida chega a 3 bilhões de cruzeiros, aí incluídos 1 bilhão, 337 milhões de cruzeiros, dívida esta já vencida perante o Banco do Brasil, cujo empréstimo foi obtido através de antecipação da receita, é uma consignação que vem já autorizada pelo orçamento previsto e já executado no exercício anterior.

Em 1980, a dívida exigível será de dois bilhões de cruzeiros. Em 81 chega a 900 milhões de cruzeiros, 82, 900 milhões de cruzeiros, e depois de 82, 5 bilhões de cruzeiros.

Ora, se estamos a pretender contrair um empréstimo, que chega à casa dos três bilhões de cruzeiros, o total previsto na Lei Orçamentária, para satisfazer as exigências do orçamento, que, diga-se de passagem, fictício, é porque o Governo está sentindo a dificuldade da receita estadual, tanto que no exercício de 78, previsto em 77, a receita orçamentária não chegou a alcançar 80 por cento da previsão orçamentária, e este empréstimo, Sr. Presidente, representa 41 por cento da receita proveniente especialmente das receitas correntes e de modo específico, Sr. Presidente, da receita tributária estadual.

Isto quer dizer, que está completamente comprometida a receita do Estado, e antes que tenhamos que alienar mais um quinhão deste Estado, que vem aos poucos sendo alienado, sem que o Poder Legislativo possa livremente dispor de outros recursos, de outros óbices que não os recursos políticos, é de se lamentar que nesse Estado, grande parte de sua economia tem se esvaído e tem se agregado ao grande monte que vem sendo formado pelo Planalto, mas a dívida principal, Sr. Presidente, alcança 8,9 bilhões de cruzeiros, a já existente. Dois bilhões referentes à dívida interna e sete bilhões, aproximadamente, relativos às dívidas externas já contraídas e já vencendo, já em estado de exigibilidade.

A maior preocupação da bancada do MDB, Sr. Presidente, é relativamente a esse aspecto das dificuldades de ordem financeira imediata do Estado, e porque não dizer porque se esconder que o Estado, apesar de ser um dos mais fortes, um dos mais desenvolvidos, um dos Estados cuja economia é uma das mais fortalecidas na Nação, neste aglomerado administrativo ou hereditário, dessas porções hereditárias que se convencionaram chamar de Estados, é a menos comprometida e assim mesmo o Estado, não diria de insolvência, mas praticamente no descaminho dos seus objetivos, dos seus objetivos desenvolvimentistas.

O Sr. Gabriel Manoel -- Vossa Excelência permite um aparte? O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Logo mais concederei a Vossa Excelência.

A dívida global do Estado do Paraná, no mês de março, chegou à cifra de 12 bilhões, 477 milhões, entre juros, taxas e, principalmente, sem levarmos em conta o aspecto material dessa conjuntura, nesse turno de discussão da matéria; é regimental o questionamento puro e simplesmente, do seu aspecto

legalista ou constitucional e aí devemos nos enveredar para a questão da indagação jurídica...

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos) Continua com a palavra o Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O Sr. Gabriel Manoel — Nós temos o direito de pedir aparte, Sr. Presidente

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que me assegure a palavra. Eu já disse ao eminente Deputado que concederei o aparte oportunamente.

O SR. PRESIDENTE — Está assegurada a palavra a Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para o Professor, ex-Vice-Governador do Estado de São Paulo, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, constitucionalista de renome e de respeito, ao referir-se, ao comentar o art. 168 da Carta Política Federal, ele expende as seguintes lições em seus Comentários à Constituição, página 203: "Em razão pois, do preceito ora comentado a propriedade do Estado, fica consignada nas ações que são atribuídas a uma sociedade de economia mista.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao definir a Constituição Federal, conforme já disse o Deputado Adalberto Daros, há que se questionar...

Concedo o aparte ao eminente Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Ilustre Deputado.

Estamos assistindo a Vossa Excelência na sua explanação e vemos uma lição de teoria, uma lição de lógica.

Mas não podemos concordar com Vossa Excelência, quando fala no problema da dívida do Paraná. Queríamos que, dentro do seu tirocínio administrativo, político e econômico, fizesse um parâmetro, um paralelo sobre a dívida externa do Paraná e sobre a inflação, e sobre o problema do dinheiro aplicado; onde foram aplicados os 7 bilhões de cruzeiros, 7 trilhões que Vossa Excelência fala, desse empréstimo contraído, para beneficiar o Paraná.

Esse empréstimo que beneficia muitas vezes a Vossa Excelência, ao transitar pelas estradas onde foi aplicado esse dinheiro. Se o empréstimo, com a inflação galopante no Brasil e no mundo, a que tempo, seria quanto e que tempo, e a que tempo seriam pagos esses 7 bilhões de cruzeiros?

O que se diz e o que, porque se diz e se fala em dívida, se fala numa tirada demagógica, em dívida do Paraná, e não se fala no dinheiro aplicado, nesse dinheiro bem investido e bem aplicado; o empréstimo que o grande Governador Jayme Canet Júnior fez, foi para aplicar em benefício do povo. Nem os seus vencimentos, seus honorários como Governador ele recebeu.

Então, não podemos vir aqui, calados e de ouvidos mofos, a ver Vossa Excelência discorrer, dizendo que o Paraná deve 7 bilhões ou trilhões de cruzeiros, sem dizer o prazo e as condições de pagamento e os juros que o Paraná deve pagar e os benefícios contraídos pela infra-estrutura deste grande Estado, deste gigante Paraná, que há de continuar na senda do progresso, embora queira ou não Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O aparte de Vossa Excelência vem até roborar aquilo que já se falou, se está falando e vai se falar; e Vossa Excelência não perderá por esperar um pouco mais e, principalmente no tocante ao que Vossa Excelência diz, ser de 7 bilhões de cruzeiros a dívida externa; não só a dívida externa; tem a dívida externa de 7 bilhões, tem 2 bilhões de dívida interna, e tem mais os juros, mais a antecipação da receita que também tem que ser paga ao Banco do Brasil, 1 bilhão, 377 milhões de cruzeiros. Isto somado chega à órbita de 12 bilhões, 477 milhões, em números

redondos. A preocupação até não é nossa. A preocupação é do povo do Paraná. E eu não duvido. E quem levantou a questão de aplicabilidade boa ou má das verbas públicas não fomos nós do MDB. V. Ex.^a, no seu aparte, está fazendo crer que possa ter alguma coisa duvidosa. Não da nossa parte, não houve isso.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a me permite um aparte?

(Assentimento). — Nobre Deputado, V. Ex.^a faz um relato da dívida de nosso Estado e comenta ainda de que o Governo deverá pagar em 79. Eu pergunto a V. Ex.^a, seria justo este Governo, obedecendo um escalonamento de dívidas que vêm sendo pagas, que o Governo pare com todas as obras, que o Governo deixe de dar aumento ao funcionalismo, que o Governo interrompa as estradas contratadas para pagar estas dívidas e ficar sem nada? O Governo está pleiteando um empréstimo que será pago em 10 anos, e que em 85 ele começará a pagar.

Então é um escalonamento de dívida, que o Governo paga uma, claro que o Governo está pagando o empréstimo contraído pelo ex-Governador. E para que se faça alguma coisa é preciso contrair novos empréstimos e fica para que outros continuem. A administração é uma continuidade.

Nós tivemos oportunidade de ouvir um aparte, quando se comentava que o açodamento, a pressa para que saia esse empréstimo é porque o Governo Federal vai arrolhar os empréstimos externos. Veja bem a preocupação: se nós temos compromissos externos, se o Estado tem capacidade de endividamento, porque não apressarmos para que consiga este empréstimo quando o Estado tem capacidade de endividamento?

O Estado está pleiteando um empréstimo que vai começar a pagar em 1985. É justo que um Governo que vai liquidar dívidas existentes que contraia outro para não haver uma interrupção das obras administrativas, uma interrupção no desenvolvimento de nosso Estado. E eu acho justo a pressa para que saia o empréstimo.

Estão bem mencionados os 80 milhões que é para as estradas, as estradas alimentadoras; os demais empréstimos para liquidação de compromissos e aplicação em outros recursos. E sabe bem V. Ex.^a quando teve oportunidade na reunião da C.C.J., todos estavam preocupados em saber se ia dar andamento em determinadas obras.

Então existem coisas a fazer. E eu pergunto como? Como se nós não fazemos este empréstimo? Qual é a maneira que o Governo terá? As dívidas contraídas tem que liquidar. E como ele vai continuar executando obras se não vai conseguir mais empréstimos?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Ex.^a me dá oportunidade de ser honrado com o seu aparte. E não só isso. De dar um suporte sólido à argumentação que estamos expondo desta tribuna. Primeiro, se as finanças estão ao desabalo, num Estado de grande progresso em todos os sentidos, ou melhor, em quase todos os sentidos, evidentemente nobre Deputado, que isto é em decorrência do trabalho do labor do seu povo, em todos os cantos onde haja uma habitação.

Entretanto, se há um problema na boa aplicação, no saneamento das finanças do Estado é problema de todos os Governos, que, diga-se de passagem, não eram Governo legitimamente constituídos para governar o Estado. E nisso creio que há consenso unânime desta Casa. Creio também que não há, porque não se dizer, que se as finanças do Estado estão comprometidas, estão arruinadas, foi porque houve uma aplicação descriteriosa dessas finanças.

E por isso este Governo que assume tem que se socorrer de empréstimos externos. E sabe por que V. Ex.^a, o Governo está a buscar recursos no exterior? Porque no mercado interno não é possível captar mais do que aqueles 15% previstos na Resolução 62, do Senado. E V. Ex.^a sabe que há uma limitação de organismos internos que ofereçam empréstimos para o Estado.

E é por isso que nós estamos a buscar recursos estrangeiros para comprometer ainda mais o erário público e não só o erário público, para comprometer a estabilização da Nação, a estabilidade nacional, a própria segurança nacional. Temos que dizer essas verdades, nobre Deputado.

E outra coisa, se estão arruinadas as finanças do Estado, comprometidas, para sua solvência a curto prazo, não fomos nós, do MDB, que todas as vezes, todas as oportunidades, temos nos pronunciado contra este famigerado modelo econômico, contra este deturpado modelo social e contra este inveterado modelo político do Brasil. Em que os Estados são vítimas também, em que os municípios são mais vítimas ainda, em que os cidadãos são chamados apenas a arregimentar recursos para alimentar os cofres do Planalto.

E esta, Sr. Deputado, é uma preocupação que nos acode neste momento, o que não é muito fácil deliberar sobre uma matéria controversa como esta; primeiro, que há dificuldade em se estabelecer o que preceitua a Constituição vigente, e segundo, não se sabe ao certo se esta Constituição de capa amarela está em vigência, se de capa azul está em vigência ou se a de capa marrom está em vigência. Porque há uma ligeira e generalizada confusão nos preceitos constitucionais, nós não vivemos num clima constitucionalista. Nós não vivemos um clima de legalidade neste País. E há de se reconhecer isto, que o presidente da República não este, mas o outro Presidente da República, que deixou felizmente em boa hora o Planalto, veio à televisão dizer que o MDB, quando não quis aprovar o projeto de lei da Magistratura, era uma ditadura de minorias. Mas, no entanto, houve uma reforma constitucional proposta e feita ao absurdo do crivo de dois homens que se refugiaram na Granja do Riacho Fundo, estabelecendo uma mudança na Constituição do Brasil e aí estabeleceu-se um critério novo. E todos, pacificamente todos, nós todos, Parlamentares, Juizes, Doutrinadores, todos fomos unânimes, — todos eu digo pelas maiorias, foram unânimes em baixar a cabeça e aceitar esta impostura que só cria dificuldades para a Nação brasileira.

E é exatamente isto, nobre Deputado, que nós estamos questionando, o problema de ordem constitucional.

Além do problema constitucional, há estes outros parâmetros que estão enfiados aí na Constituição, que são matéria até de direito adjetivo, não de direito substantivo, não de coluna vertebral da ordem jurídica nacional. É aí, neste aspecto, nobre Deputado, e chamo a atenção de V. Ex.^{as} para este grave problema, não é só baixarmos a cabeça para o Governo do Estado, temos que contribuir com o mesmo. E contribuir oferecendo as nossas posições, porque elas são representativas de grande parcela do povo paranaense. E o povo paranaense, por nós representado, não está conforme o pensamento dirigido pelos organismos que administram o Estado.

E é exatamente esta uma das preocupações, nobre Deputado. Não vou dizer aqui que não foram as verbas bem aplicadas ou mal aplicadas, não estou entrando neste mérito e, se entrasse, já diria como crítica, os Diários Oficiais dos meses de julho, agosto, do mês de junho de 78, portanto anterior das eleições, é fácil de serem verificadas as alterações nos contratos de pavimentação e asfalto, feitas em várias rodovias do Estado, alterando as substâncias dos contratos primitivos, alterando em quase sua maioria, em cerca de, média, 15 milhões de cruzeiros por contrato, sem entrar especificamente em cada um deles.

Realmente a matéria, não do ponto de vista político, mas do ponto de vista do cidadão comum do Estado.

Preocupa; e nós não podemos, Deputado, perder a visão desta situação de cidadãos que temos; e cidadão representados por grande parcela do povo paranaense. O que nos acode, eminente Deputado, não é meramente uma crítica ao Governo do Estado, não chego a entrar neste mérito; não chego a adentrar este sinuoso caminho, absolutamente. A nossa preocupação,

é preocupação temporal; histórica e a história; nós estamos fazendo e precisamos fazê-la de forma a que o futuro não venha a comprometer a própria estabilidade nacional.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Não posso concordar com V. Ex.^a quando diz da aplicação descréscita. O Governo legalmente constituído, não há dúvida e sabe V. Ex.^a que a aplicação no que foi feito. 4 mil quilômetros de asfalto; 6 mil salas de aula; tantas obras construídas. A situação do Estado não está arruinada; as finanças do Estado não estão arruinadas. V. Ex.^a sabe qual o compromisso do Estado sobre o Orçamento, neste ano de 79. Qual a percentagem, sobre o nosso Orçamento?

E, permita V. Ex.^a que eu leia um pequeno trecho, quando perguntaram ao Sr. Secretário de Finanças, Dr. Edson Guimarães, sobre a situação da dívida.

Ele disse que "em última instância, está contratando uma operação de 10 anos a prazo de pagamento, concentrado em três anos.

Está é a diferença. Eu disse no início, o importante, não é o montante da dívida; é o perfil da dívida; é que o Governo está liquidando determinados compromissos e contraindo outros, para dar continuidade às obras tão necessárias e claro que V. Ex.^a, nem eu, nenhum dos Srs. Deputados, estão impedindo; ninguém vai querer que haja uma paralisação do Estado, nós queremos dar continuidade e se o empréstimo não for feito interno, foi muito bem explicado pelo Sr. Secretário de Finanças, quando argumentou que nós não podemos recorrer a financeiras a juros altos e foi a maneira que nós encontramos...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Porque o Planalto não quer intervenção na captação de recursos nacionais.

O Sr. Gilberto Carvalho — ... E estes empréstimos que estão pleiteando, V. Ex.^a bem sabe, que ainda será analisado pelo Senado Federal, quanto à constitucionalidade ou não, foi muito bem explicado e não é questionável.

Mas eu agradeço e não quero mais interromper V. Ex.^a. Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas eu quero prosseguir,

Deputado, embora discorde de V. Ex.^a primeiro porque não disse da má aplicabilidade do dinheiro. Disse que é matéria que é discutível. Entretanto, o escalonamento da dívida, é realmente uma preocupação deste atual Governo, porque não foi feita criteriosamente pelo Governo anterior. E este, antecedido por outro e assim, sucessivamente. É o caso da dívida nacional. V. Ex.^a não pode discursar deste princípio, deste primado, que o Brasil, quando fizeram esta chamada Revolução, este movimento palaciano que se chamou Revolução, em 1964, as razões que levaram o Palácio, ou melhor, que levaram os revolucionários a fazer um movimento de derrubar o Governo Constitucionalista, levou em conta o processo inflacionário e a dívida externa, principalmente.

Entretanto, naquela ocasião, o Brasil tinha no seu aspecto demográfico, 70 milhões de brasileiros, e a dívida exagerada, angustiante e preocupante dos que derrubaram o Governo legalista ou constitucionalista, ou guindado ao Poder pelo voto popular, portanto, legítimo, então um dos argumentos básicos foi de que, a dívida de 3 bilhões e 200 milhões de dólares, aproximadamente era assaz preocupante e que estava criando fissuras, divisões na sociedade. E levando o Brasil a um processo de deterupação da ordem. V. Ex.^a pode imaginar na progressão crescente desta dívida externa, de 3.200, que era preocupante — aliás, quero lembrar aqui que o atual Ministro de Planejamento, em 1975, quase dois anos depois de ser investido na Chefia do Ministério da Fazenda, disse que a capacidade de endividamento do Brasil poderia chegar a até 17 bilhões de dólares. Não era preocupante. Mas, daí para cá, parece que botaram o carro, sem qualquer condutor, num despenhadeiro, e foi-se.

Hoje, eu pergunto ao mesmo Ministro e a V. Ex.^a qual a explicação desta absurda incoerência, se o Brasil, hoje, deve basicamente 43 bilhões, — reconhecidos pelo Governo, — de dívida externa, fora os 380 bilhões, de dívida interna.

Então, é preocupante de todos os brasileiros esta situação, e causa, nobres Deputados, causa até certo pasmo que Ministro de Estado, da área econômica, hoje guindado a um outro Ministério, esteja planejando o futuro deste País.

Quero dizer mais a V. Ex.^a, Gouveia de Bulhões, que hoje contesta o primeiro plano de Roberto Campos, esta alteração do Modelo Econômico, está, inclusive, escrevendo em jornais de grande circulação no País, ele mesmo, que foi titular da pasta, contestando o modelo econômico.

Concedo aparte ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Apenas para fazer um reparo com relação a situação econômica do Paraná, e para fazer uma homenagem a um ex-Governador que está nesta Casa. Na verdade, quando o Sr. João Mansur era Governador deste Estado do Paraná, o Paraná não devia um centavo de empréstimo, porque o Governador Parigot de Souza havia evitado fazer dívidas, colocando o Paraná em condições, e o então Governador João Mansur está aí para testemunhar.

Na verdade, o que preocupa é o passado recente, quando se contrairam essas dívidas, e, principalmente, o futuro a médio prazo, porque bem disse o Deputado Gilberto Carvalho, o prazo é de 5 anos. Estas dívidas vão estourar na mão do próximo Governador, porque não vai alterar — e aí é importante — não vai alterar o perfil da dívida nos próximos 5 anos.

O próximo Governador do Estado vai ter acumulada a dívida do Governo anterior, e deste Governo. E talvez aí nós estejamos, então, na situação em que estão os outros Estados... **O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Em insolvência.

O Sr. Deni Schwartz — ... em insolvência, como estão mais de 50 Prefeituras deste Estado, porque, pela facilidade do crédito, realmente se faz isto. Aliás, pela facilidade de crédito é que os bons colonos deste País estão na insolvência, enquanto que aqueles que não tinham condições, estão vivendo. Porque, infelizmente, num mundo onde o sistema financeiro é quem comanda, realmente só se empresta dinheiro a quem tem crédito.

Agora, a grande dúvida: teremos condições de pagar dentro de 5 anos? Condições de endividamento, sim, mas de pagamento? E eu gostaria que este Assembléia fosse engrandecida por um debate mais exaustivo quanto aos méritos de todas as obras.

Ninguém tira os méritos de 4 mil quilômetros de estrada. Mas, gostaria de saber quanto à utilidade dessas estradas. Se todos os 4 mil quilômetros de estradas eram realmente necessários, porque isto é muito importante, Sr. Deputado. Saber da viabilidade econômica; se estradas feitas talvez para passar 30 ou 40 caminhões por dia, irão pagar dentro dos próximos anos, o seu investimento, e é isso que esta Assembléia deveria saber. Saber se os investimentos são viáveis ou não. Porque, de nada adianta, Sr. Deputado, afirmações que constam nestas notas taquigráficas do Sr. Secretário de Planejamento se vangloriar de que o Paraná é um dos poucos Estados que, de sua receita tributária, pode ainda aplicar 15 por cento em investimentos. Porque, talvez esses quinze por cento sejam o fruto do achatamento salarial dos nossos funcionários. Talvez esses quinze por cento sejam fruto de termos passado quase toda a estrutura do ensino primário para os municípios, endividando os municípios.

Acho que, neste nível, é que um projeto dessa natureza deveria ser feito. Infelizmente, a urgência parece não permitir.

Mas, para que as coisas fiquem bem postas: o Paraná começou a se endividar com o Sr. Jayme Canet Júnior. Porque, até o Governo do atual Deputado João Mansur, não consta que tenham feito empréstimos tão vultosos quanto este.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de V.

Ex.^a que, para mim, constitui um privilégio recebê-lo; penso que, realmente, o problema reflete o modelo em que estamos vivendo. O monetarismo, o centralismo de finanças no planalto central, no Governo Central, através de múltiplos organismos de captação desses recursos.

Haja visto que os montepios estão estourando com seus partícipes, aqueles que contraem contrato com a segurança de vida. Porque, no Brasil, há uma completa insegurança. Então, o povo brasileiro, sobretudo a classe média, está buscando, subsidiariamente, uma forma, ao menos psicológica de buscar a segurança de sua família.

Porque, hoje, homens de 40 anos, estão morrendo de enfarte do miocárdio, como ocorreu, recentemente com um Senador da ARENA do Amazonas. São problemas de ordem financeira que estão entrando nas famílias, dividindo as famílias, criando problemas angustiantes para a família brasileira.

E veja V. Ex.^a, Deputado Deni Schwartz, V. Ex.^a abordou o problema das financeiras.

Tenho enfatizado acerbamente este aspecto: em 77, o Ministro Simonsem afirmou na televisão e na imprensa, que o Governo brasileiro estava sendo levado a dar um suporte de 42 bilhões de cruzeiros às financeiras, sob pena de criar um caos no sistema financeiro do País.

Isto constitui um prejuízo para a Nação.

O Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e não vamos longe, o BADEP, aqui no Paraná, quantas empresas que captaram recursos do BADEP, para instalação de indústria, para promover o oferecimento do mercado de trabalho, para suprir a necessidade de emprego, quantas empresas faliram, criando um problema ainda maior. Problema no setor, financeiro, problema nos setores econômicos, nos setores industriais, e o pior, nos aspectos sociais.

Quero referir-me aqui a V. Ex.^a, Deputado Deni Schwartz, abordou o problema das estradas, enfatizado pelo Deputado Gilberto Carvalho: um Secretário de Estado atual, em Pato Branco, ou na região do Sudoeste, disse que, realmente, as estradas estavam sendo feitas e tal...

E foram feitas realmente, mais de 4 mil quilômetros de estradas. Entretanto, o Governo atual haveria de pagar cerca de 2 mil e 500 quilômetros daquelas estradas.

É sinal que, o aparte do Deputado Gabriel Manoel vem a propósito de se indagar da validade e da aplicabilidade daqueles recursos.

O Sr. Lineu Turra — V. Ex.^a permite um aparte? (**Assentimento**). — Deputado Fidelcino Tolentino, também tenho estado, como os demais Deputados desta Casa, preocupado com esta matéria, e temendo mesmo que este grande Estado, como se tem dito aqui, torne-se um pequeno Estado, se as coisas continuarem como vão. Porque o que nos preocupa, Deputado Fidelcino Tolentino, é que exatamente já no início de Governo, ter, o chefe do Poder Executivo, que recorrer a vultoso empréstimo para atender às necessidades de administração.

Mas, o que se discute aqui, hoje, e V. Ex.^a está abordando muito bem, é matéria constitucional, é a utilidade do projeto.

O Deputado Adalberto Daros enfocou a inconstitucionalidade no que concerne ao artigo 6.º, que pretende dar, como garantia, ações de empresas públicas.

Encaminhamos um requerimento, hoje, para, na forma da Constituição, entendendo que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar deste Poder, não para ele decidir, mas, apenas para opinar, em princípio, sobre a legalidade e o aspecto técnico também da matéria, para que, depois, a Assembleia, os Srs. Deputados, pudessem se situar como eu, que não pude, dada a exiguidade de tempo e ser o regime de urgência requerido também, não pude estudar a matéria. Estou bastante confuso e até pensando, desde logo, em face dessa confusão, para não

cometer um erro, porque, depois, eu, votando a favor, não teria a oportunidade de desfazer o erro que viesse a cometer, e, se eu não votar, votar contra, e a matéria não for aprovada, e no interesse do Estado, terei a oportunidade, futuramente, de votar a mesma matéria. Porque já votei em matéria idêntica em 77, autorizando empréstimo pelo Governo anterior.

Então, vejo aqui no artigo 1.º uma grande confusão e até de ordem constitucional, até quase posso dizer, da inconstitucionalidade, já, do artigo 1.º porque ele não define o quanto. Porque a este Poder é que compete definir o quanto é que se vai autorizar no empréstimo, não ficando à vontade do Poder Executivo, ir até à limitação do estabelecido na Resolução do Senado Federal. Mas nós deveríamos não dar esta autorização para que chegasse o empréstimo previsto no artigo 1.º, até à limitação dessa Resolução do Senado.

E vejo aqui, está aqui, um acoplamento desta matéria, no orçamento vigente. Praticamente se trata de um acoplamento de um orçamento, sobre outro orçamento vigente. E há falta de técnica na elaboração dos programas orçamentários. E eu fico até a pensar: o que ficou fazendo esse Governo atual, com um escritório montado para acompanhar a elaboração do orçamento, no seu Governo?

Quando aqui diz: "para atender despesas de capital programadas em atividades, projetos e programas contidos nos orçamentos anuais e plurianuais aprovados pelo Legislativo", quer dizer, então, foram aprovados projetos, despesas, programas, sem uma previsão orçamentária, sem recursos no orçamento.

Então está aí. Aqui, a Constituição Estadual diz que "os créditos não podem ser concedidos ilimitadamente" — artigo 31, parágrafo 3.º, letra B — "não se pode conceder crédito ilimitado". A este Poder compete limitar os créditos. Então não podemos ficar aqui votando uma matéria para que, depois, o Poder Executivo vá conseguir empréstimos, à seu talante.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Isto é matéria relativa à Lei de Meios.

O Sr. Lineu Turra — Está praticamente acoplado. O meu entendimento é que se trata praticamente de um orçamento acoplado no orçamento vigente. Eu então, Deputado Fidelcino Tolentino, em princípio já quero dizer que, nestas condições e mesmo dentro da sustentação feita por V. Ex.ª e pelo Deputado Adalberto Daros, em princípio quero dizer que vou votar contra a matéria.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço V. Ex.ª.

Quero prosseguir exatamente no pensamento de doutrinadores constitucionalistas. Prosseguindo, quero dizer que o entendimento do Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ainda, diz o seguinte. "A propriedade do subsolo e do potencial de energia hidráulica, pertence à União, como parte do patrimônio nacional". Para a proteção dos interesses nacionais, o aproveitamento dos recursos que depende do consentimento da União, deve ser confiado exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, ou seja, deve ser atribuída à pessoa física que seja nacional, a qualquer título, inclusive o naturalizado e pessoa jurídica, que, por ser organizada no Brasil, tenha por isso a nacionalidade brasileira e já Pontes de Miranda doutrinador brasileiro consagrado em seus comentários à Constituição, no seu Tomo 6.º, 2.ª edição, comenta o Artigo 168 da Carta vigente e para isso, busca subsídios na Constituição de 1934, em seu artigo 72, § 17, letra "b", que reza: "As minas e jazidas minerais, necessárias à segurança e defesa nacional e as terras onde existirem, não podem ser transferidas a estrangeiros".

A Constituição de 1946 não foi muito clara na conceituação deste princípio e diz Pontes de Miranda: "Cada dia que passa, o certo é que o Brasil é menos dono de si mesmo".

Estes cuidados foram preservados pela Constituição de 1934 e de 1937. Nos artigos 118 e 119 da de 1934, deixou

as pegadas para a Constituição de 1937 e veio através dos vários legisladores e, na Constituição de 1946, dizia eu, e na de 1967 também, a matéria foi tratada ligeiramente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos). — A Mesa informa ao nobre Deputado, que de acordo com o Regimento, V. Ex.ª tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vou fazer o possível, Senhor Presidente, para atender ao Regimento e a V. Ex.ª, Senhor Presidente.

Mas à lei é dado cogitar de casos em que não dê autorização ou porque contrarie necessidade da vida nacional ou ainda porque seja contra o interesse social ou coletivo. Todavia, é de se perguntar se o estrangeiro tem direito à participação. E vejamos V. Ex.ªs, participação. Se prevalecesse a Constituição de 1934, poderia ter a interpretação controversa quanto à pessoa jurídica composta por estrangeiros, mas é regra que seja pessoa jurídica ou seja pessoa física, não há direito de participação do estrangeiro, ainda que se trate de pessoa jurídica de direito no Brasil, é preciso que se obedeça a lei de organização, o que exclui qualquer participação protegida por Estado estrangeiro, e diz Pontes de Miranda, qualquer participação por parte do proprietário que seja estrangeiro. Se a Constituição veda a participação que pode corresponder a ações, ou participação de capital, claro e insofismável que gera a dúvida constitucional que passa a ter um princípio de inconstitucionalidade. É o que bem disse o nobre Deputado Adalberto Daros.

É de se indagar, pelo disposto no art. 168, mas a arguição poderia surgir, Sr. Presidente, de forma especulativa quanto ao problema acionário das empresas, seja ela estatal, seja ela de caráter privado. Já que não se discute a exploração do potencial hidráulico, propriamente dito, nem de jazidas, entretanto, como a ação é título representativo de capital social e, por conseguinte, parte do patrimônio da sociedade, seja ela pública ou particular, não há como se entender seja possível o seu caucionamento, nem dessas ações serem dispostas ou dadas em garantia na contratação de empréstimo com o capital estrangeiro.

Concluindo, Sr. Presidente, tanto que Pontes de Miranda, no mesmo volume afirma que acionistas dessas empresas, precisa ser composta por brasileiro e, somente, por brasileiro; nenhum dos direitos do sócio era alienável a estrangeiro e mais, morto o brasileiro acionista, com sucessores só estrangeiros, as ações seriam arrecadadas pelo juiz; e, havendo também brasileiros só a estes tocariam, mesmo havendo disposição de última vontade. O juiz ordenaria a venda para cumprir o legado mas, nunca, teria direito sobre a ação como título social. Por esta razão, finalizo, Sr. Presidente, é difícil entender pela constitucionalidade da matéria, embora se tenha feito adesão ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Acho que é controversa a matéria e deixo estas considerações. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento subscrito pelo nobre Deputado Erondy Silvério, requerendo, após ouvido o Plenário, seja prorrogada, por 2 horas, a presente sessão. — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 45/79.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Encontra-se sobre a mesa um requerimento subscrito pelo eminente Deputado Trajano Bastos, que eu gostaria que essa Presidência o examinasse, porque pode ser que se refira a um assunto que está sendo debatido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que não se encontra sobre a mesa,

nenhum requerimento subscrito pelo nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS -- É de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE -- A Mesa informa ao nobre Deputado que o presente requerimento não tem correlação com a matéria que ora estamos discutindo.

Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 45/79.

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- A Mesa já havia encerrado a discussão, para encaminhamento de votação.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para esclarecimento de algumas dúvidas que pairam sobre a Mensagem Governamental. E também, Sr. Presidente, para agradecer o comportamento ético da bancada do MDB nesta Casa; principalmente aos nobres Deputados Fideicino Tolentino, Nelson Friedrich, Deni Schwartz, Waldyr Pugliesi, Adalberto Daros, Darcy Deitos, Mário Celso e Fiori Luiz, que participando da reunião da Comissão de Justiça, em que os ilustres Secretários do Planejamento e das Finanças deram as explicações julgadas necessárias para a apreciação da Mensagem Governamental, pude, Sr. Presidente, sentir naquela oportunidade, a preocupação dos eminentes componentes da bancada do MDB, naquela Comissão, que não era em um instante, em procrastinar a apreciação da Mensagem, porque eles reconhecem da necessidade que tem o Governo de obter financiamento para execução da sua proposta orçamentária.

Que não era também, muito menos isto, o desejo de fazer posição ao Governo do Estado em matéria de tanta relevância. Mas sentia-se, naquela oportunidade, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, a preocupação dos componentes da bancada do MDB com relação a aplicação do dinheiro; a correta aplicação do dinheiro que pretende o Governo obter no exterior.

Sentia-se quase até aflição de alguns Srs. Deputados da Oposição, no sentido de que este dinheiro pudesse gerar projetos que viessem minorar a situação angustiosa principalmente do homem do campo, principalmente daqueles que, comumente, chamam-se "bóias-frias", do desemprego que hoje se verifica em alguns setores das atividades agrícolas do Estado.

Naquela oportunidade, não só a bancada da ARENA, mas também os eminentes Secretários de Estado que aqui compareceram, reconheceram este comportamento que foi, a meu ver, extraordinário. E hoje, nos debates, nós também sentimos a mesma coisa. Mas nos sentimos na obrigação de dar algumas explicações sobre algumas dúvidas levantadas, principalmente quanto à inconstitucionalidade da Mensagem Governamental, com relação ao caucionamento de ações, vamos dizer especificamente da COPEL.

Talvez o entendimento da Oposição, fosse de que o Governo do Estado daria estas ações em caucionamento às entidades de crédito estrangeiras, que viessem a emprestar o dinheiro que o Senado Federal autorizaria para que o Governo do Estado do Paraná contraísse o empréstimo.

Mas de acordo com a Resolução n.º 62, do Senado Federal, combinado com o Decreto n.º 74/157, do Governo Federal, e ainda com o disposto no artigo 42, item 4.º, infine da Constituição da República, Constituição que no dizer do nobre Deputado Fideicino Tolentino, às vezes é marrom, às vezes é laranja e às vezes é verde.

Mas é a Constituição pela qual nos regemos, pela qual nos candidatamos, fomos eleitos, assumimos o nosso mandato dentro daquela Constituição.

Então, é a que nós devemos pelo menos obedecer.

Mas, quem dá as garantias aos organismos de crédito

internacional, que emprestam dinheiro aos Estados brasileiros, é tão somente o Governo Federal, que exige, por seu turno, garantias dos Governos Estaduais, ao Ministério da Fazenda ou ao Banco Central, ou, enfim, a entidade financeira que é a entidade repassadora do crédito externo.

Portanto, acho que esta parte, esta dúvida está dirimida. Outra dúvida que se levantou nesta Casa é com relação ao endividamento do Estado. Foram claros os eminentes Secretários do Planejamento e das Finanças, e aceitaram, também, como válidas aquelas ponderações, os Srs. Deputados que participaram da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, de que o Estado do Paraná, como já se disse nesta Casa, hoje, está dentro do seu limite de endividamento, o limite previsto exatamente dentro da Resolução n.º 62, do Senado Federal.

E a preocupação do montante da nossa dívida, que vai a doze bilhões, mais juros, mais taxas, vai realmente a doze bilhões. Mas, há preocupação dos nobres Deputados da Oposição quanto ao pagamento desta dívida. Nós também vamos nos louvar, vamos nos ater, vamos nos reportar às explicações dadas pelo Sr. Secretário das Finanças nesta Casa, que o perfil da dívida é perfeitamente suportável pelo Estado do Paraná.

Além disso, diz a própria Mensagem, e afirmaram aqui os Secretários das Finanças e do Planejamento, de que esse dinheiro seria aplicado em obras que dependerão exclusivamente de autorização legislativa.

É evidente que este Poder não vai autorizar senão obras de infra-estrutura, obras que gerem recursos, porque a função de todos os Governos é exatamente esta: promover a construção de obras de infra-estrutura, que possam aumentar a arrecadação do Estado, que possam efetivamente trazer um aumento de renda "per capita", a cada habitante deste Estado.

Todos os Governos assim agiram. Todos os Governos encontraram dívidas, pagaram a parte que lhes cabia, contraíram novas. Esta é a tônica das administrações. Se não fosse assim, não haveria necessidade de se colocar no Palácio Iguaçu um Governador, um administrador. Bastaria se colocar um caixa que recebesse e pagasse, nada mais do que isso.

Então, evidentemente, as funções públicas, principalmente as de Chefe do Poder Executivo, exigem efetivamente uma constante atenção, uma aplicação de todos os recursos disponíveis e possíveis de captação no exterior, a fim de aumentar a capacidade arrecadadora do Estado, com obras de infra-estrutura.

Lamentavelmente nós somos um País que necessita de empréstimos externos, não só os Estados brasileiros como a própria Nação, e por muitos e muitos anos, quer se mudem os Governos, se a Oposição, amanhã, for Governo, será obrigada também a usar dos mesmos recursos, porque o que não pode é permitir a estagnação do País, dos Estados brasileiros, e por conseguinte, a estagnação econômica do próprio povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eram as explicações, embora de passagem, que me competia dar à Casa, porque repito, mais uma vez, não se está encontrando por parte da bancada do MDB uma oposição à Mensagem Governamental. Há a preocupação de todos os Srs. Deputados, integrantes do MDB, de colaborar para o engrandecimento do Estado. O que apenas preocupa a bancada da Oposição, nós sentimos isso e achamos perfeitamente justificável, é a necessidade que eles têm de fiscalizar a boa aplicação dos dinheiros públicos; de cumprir com a missão que lhes confiou o povo paranaense, nas eleições de 15 de novembro.

Nessas condições, em nome do Governo do Estado, quero agradecer a compreensão da bancada do MDB nesta Casa, pela colaboração que dá na aprovação de uma Mensagem que visa obter recursos para a Execução Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ - Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reservando-me o direito de, amanhã encaminhar a matéria, ou melhor discutir a matéria, apenas queria nesta oportunidade em que se discute principalmente a constitucionalidade da matéria, fixar-me em alguns pontos:

Em primeiro lugar, se me permite o Sr. Líder da ARENA, queria fazer um reparo quanto à Resolução 62. A Resolução 62 demonstra, inclusive, a quantas anda a legislação brasileira. O Senado Federal, pelo Artigo 42, inciso 4.º da Constituição, compete autorizar empréstimos, operações ou acordos, externos, de qualquer natureza, de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ouvido o Poder Executivo Federal."

A Resolução 62 - e aí é que está a contradição, trata apenas e meramente dos empréstimos internos. Não há como cogitar pela Resolução 62 - e foi uma dúvida levantada durante a discussão com os Srs. Secretários, da dívida externa. E vejam bem, Srs. Deputados, a quantas andam a nossa legislação. Preocupou o Senado em regular a dívida interna e a externa não está regulada por limite algum. E se o Senado resolver permitir que um Estado ou um Município se endivida em quatrocentos por cento, em quinhentos por cento, em mil por cento, ele assim o pode fazer.

Feito esse reparo, eu diria o seguinte: os ilustres Deputados que hoje falaram sobre o caucionamento de ações, todos ou quase todos se preocuparam com o fato do caucionamento ser em contrapartida aos empréstimos estrangeiros. O que é totalmente inconstitucional. E isto foi discutido com os Srs. Secretários e é óbvio que não serão os nossos Secretários que irão praticar uma medida flagrantemente inconstitucional, caucionando ações das nossas empresas de economia mista a nível externo.

Mas a mim, particularmente a mim, e inclusive por princípio ideológico, me preocupa até mais, porque não ocorrerá o externo, o caucionamento interno dessas ações. Porque a Mensagem e na Legislação não diz que esse caucionamento será para empresas, outras empresas estatais, bancos estatais. Então, vamos admitir e nós temos de admitir, que esse caucionamento seja feito para o Bradesco, por exemplo, que o Estado caucione, quarenta e nove por cento de suas ações, da COPEL, no Bradesco. E que amanhã o Bradesco, compre os dois por cento da COPEL que estão em mãos de particulares e existe isto.

O Estado não é dono único e exclusivo da COPEL, e o Bradesco passa a ser o dono da COPEL.

É esse o perigo que corremos ao permitir que o caucionamento dessas ações, inclusive dentro do sistema financeiro nacional. Porque, se estamos caucionando as ações, elas estão em garantia a alguma coisa. E em se admitindo que não possamos pagar, que este Paraná tenha, quatro, cinco secas repetidas, se emprestarmos dinheiro do Bradesco, ele poderá passar a ser dono da COPEL, bastando para isso ficar com as ações caucionadas e mais, talvez, dois ou três por cento que estejam em mãos de particulares.

E os Srs. sabem que nem todas as ações da COPEL estão em mãos do poder estatal.

Tivemos um problema semelhante - levantado pelo nobre Deputado Daros - o problema da TELEPAR. O Paraná perdeu a TELEPAR porque, num determinado momento, a TELEBRÁS tinha mais ações que o próprio Estado.

Um esforço iniciado no Governo do Sr. Ney Braga, quando era muito difícil acreditar em telecomunicações neste Estado, num esforço hercúleo montamos a TELEPAR para depois, entregarmos à TELEBRÁS. TELEBRÁS que, por obrigação, tem de distribuir em todo o País, no Amazonas, no Nordeste, em todas as regiões mais empobrecidas, aquilo que arrecada aqui.

É por isso, Srs. Deputados, me parece que este assunto deveria ser bastante desmembrado e bastante discutido.

Se não me engano, ontem, o Deputado Palácios fazia um pronunciamento sério a respeito das tarifas que a COPEL está cobrando.

Hoje, o Deputado Valduga pede para evitar que se corte a água nas sexta-feiras, nos sábados - o que é correto. Mas, de uma maneira de punir o contribuinte que está se utilizando da água, da luz.

E essa taxa elevada da água e da luz, devemos a que? À distribuição que a ELETROBRÁS tem de fazer, pelo País todo.

A TELEPAR, como a COPEL, foram feitas por nós. E aí corremos o risco de entregar uma COPEL a uma ELETROBRÁS. E a ELETROBRÁS ir distribuir os lucros tirados do Paraná às regiões mais pobres do País.

É nesse sentido que ficamos insatisfeitos com os termos da Mensagem.

Não nos colocamos, obviamente, simplesmente contra os empréstimos. Há uma necessidade de empréstimos. Todos sabemos. Mas gostaríamos de ser mais bem esclarecidos quanto aos níveis.

É por isso que, nesta oportunidade, com todo o respeito que temos à bancada Situacionista, pedimos vênias para, votando contra, manifestarmos a insatisfação quanto ao que pudemos ser esclarecidos neste projeto.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para, depois da colocação que fiz na discussão da matéria, no que diz respeito a sua constitucionalidade, no primeiro turno voto contra por entender assim. Devo colocar também, Sr. Presidente, o que diz o Artigo 1.º do projeto que entendo ser um desprestigiamento a esta Casa que, antes de mais nada, ao que parece, desconfiança naquilo que possa, mais tarde, o Governo necessitar.

Autoriza o Artigo 1.º, que no período de 1979 a 1983, ou sejam cinco anos, praticamente, e esta autorização ainda estará em vigor quando muitos de nós não estivermos mais aqui, para contrair empréstimos interno.

Razão pela qual, Sr. Presidente, por considerar desprestigiamento ao Poder Legislativo, esvaziamento ao Poder Legislativo, é que, no dia de amanhã, em 2a. discussão, irei propor uma emenda a que o Executivo, se precisar, após 1.980, de empréstimos internos, faça como fez desta vez: traga aqui os Srs. Secretários das Finanças, do Planejamento, para informar a este Poder porque o Executivo necessita de empréstimos.

Esta apenas a minha colocação, entendendo que o projeto, como foi posto, é um desprestigiamento ao Poder Legislativo, porque se dá, ao Governo do Estado, um cheque em branco para, durante cinco anos, dentro dos limites estabelecidos, contrair empréstimos internos, o que, para mim, é um desprestigiamento a este Poder. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após ouvir os oradores que por esta tribuna passaram a discutir a matéria em votação, não poderia, de forma alguma, deixar de me posicionar.

Defendi, durante a realização da reunião da bancada do

MDB, um posicionamento que fosse principalmente de coerência com o que pregamos em nossas campanhas eleitorais, e principalmente ao que diz em nossos Estatutos, de deixar com que a bancada do MDB ficasse livre e sem a coação de questão fechada, para esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que a função do Legislativo é, acima de tudo, para fiscalizar a aplicação financeira e a execução orçamentária proposta nos finais de exercício, para serem executadas no exercício seguinte.

Tenho, por diversas vezes, durante estes quase cinco anos que aqui exercemos o nosso mandato de Deputado, ocupado esta tribuna para criticar veementemente a forma com que se apresenta planejamento e as propostas orçamentárias de nosso Estado, a esta Casa de Leis. O nosso posicionamento não mudou. Continuamos a exigir que o Governo, que o Poder Executivo, antes mesmo de mandar a proposta porque o tempo é exíguo para que ela seja analisada, discuta com os Srs. Parlamentares, onde e como vai aplicar as suas verbas. Isto não tem acontecido.

Criticamos também, desta tribuna, a atitude do Sr. Governador do Estado, Ney Braga, com uma equipe de planejamento, de técnicos que pretendemos serem capacitados, em um luxuoso escritório da COPEL, para programar o seu Governo. E prometeu este Governador, que mandaria para a Assembléia, as modificações ao Orçamento, que ele pretendia. Isto não aconteceu. No entanto, nós já estivemos aqui a comentar algumas suplementações de verbas, ocorridas este ano, e vejo até com certa preocupação, quando a Liderança do Governo vem a esta Casa e diz juntamente com o Sr. Secretário do Planejamento e o Sr. Secretário das Finanças, que é preciso que este empréstimo seja efetuado, para equilibrar as finanças do Estado, porque em 1978 não atingiu o Governo, a arrecadação prevista em seu Orçamento.

Mas pergunto. E amanhã ou por ocasião da 2a. discussão apresentaremos as provas com os Diários Oficiais. Se não me engano, no Diário Oficial do dia 19 de fevereiro, há uma suplementação de verba, suplementando para o Diário Oficial, para a Imprensa Oficial do Estado, a quantia de seis milhões de cruzeiros, e a Lei 4.320 diz que é preciso que ao suplementar uma verba, usando o famoso Art. 7.º do Orçamento, que por tantas vezes o combatemos e tentamos expungir da Lei Orçamentária do Estado, terá que dar a fonte do recurso para suplementação de verba, e o Governador do Estado deu como recurso, vejam bem, Srs. Deputados, contradizendo a informação do Sr. Secretário das Finanças e do Sr. Secretário do Planejamento que a esta Casa vieram, dá como recurso o "superavit" orçamentário de 1.978.

Portanto, existem duas afirmações. Uma verbal dos Senhores Secretários de Governo deste Estado, que estiveram nesta Casa a dizer que não atingimos em 1.978 a arrecadação prevista, em virtude das secas, em virtude dos problemas climáticos que afetaram nosso Estado, e uma outra, também, e esta sim, oficial, porque assinada pelo Sr. Governador do Estado, suplementando uma verba em favor do Departamento de Imprensa do Estado do Paraná, no valor de seis milhões de cruzeiros, dando como recurso, o "superavit", orçamentário de 1.978. Então, pergunto: se houve um "superavit", não pode realmente o Governo afirmar, através dos seus Secretários que não foi atingida a arrecadação prevista, porque se não fosse atingida, nós teríamos "deficit" orçamentário, e nunca "superavit", mas vejam o meu posicionamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pensei bastante e ouvi com muita atenção os debates da bancada do MDB. Confesso que não estudei com o carinho, com o tempo que estudaram os meus colegas de bancada, esta Mensagem, mas ficou a me preocupar o posicionamento que nós poderemos ter perante esta Mensagem.

Vejam bem, Srs. Deputados. O Deputado do MDB está

com muita tranquilidade para se posicionar, porque o nosso voto, segundo o entendimento da maioria, nada vai representar, porque a ARENA conta com 34 Deputados e o MDB com apenas 24 Deputados.

Um voto a mais ou um voto a menos não faria diferença, em hipótese alguma, no resultado final desta votação e é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que vim a esta tribuna para dizer que vou votar favoravelmente ao empréstimo, vou votar favoravelmente a este projeto, a esta Mensagem, para poder cobrar no futuro, como tenho feito, à real e efetiva aplicação desse dinheiro e também do Orçamento do Estado.

Não será meu voto que vai definir e que vai decidir. É o voto livre que o MDB prega nos palanques mas, que, também, aqui exercita. Nós temos e pregamos a liberdade do cidadão, não podemos amarrar esse cidadão quando no exercício do mandato, como não poderia, também, a ARENA amarrar seus Deputados em questões fechadas, em qualquer matéria, como quantas vezes nós temos observado neste Plenário.

O meu voto é favorável, quero que fique claro, não é o voto de confiança em que vai aplicar o dinheiro; não é voto de confiança em quem está dirigindo os destinos do Paraná; não é, absolutamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a manifestação de adesismo.

O meu voto favorável é um voto do homem que quer exercitar, neste Parlamento, o direito de liberdade. Mas, acima de tudo, o dever posterior de fiscalizar. Fiscalização orçamentária e financeira do Estado que, infelizmente, esta Casa, nunca tem exercido, porque nós estamos amarrados por um sistema político, neste País, que castrou o Poder Legislativo e nós não podemos, efetivamente, tomar atitudes mais drásticas. Estou acompanhando, em todas as prestações de contas do Governo do Paraná. Há, por exemplo, uma pendência nas prestações de contas, e o Tribunal de Contas, o órgão técnico desta Casa, que deveria ser e, é, constitucionalmente, um órgão assessor mas, que se transforma num quarto poder, com homens nomeados pelo Governo do Estado, sem nenhuma participação do Poder Legislativo. Mais uma castração ao nosso Poder.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há, desde 1.971, uma pendência que os técnicos informaram e que nossa Casa, apesar de alertada várias vezes, nenhuma posição tomou e mais de seis milhões de cruzeiros que, inclusive, pede o relator, de todas as prestações de contas do Governo, 1.971 para frente, que sejam apuradas responsabilidades e, até hoje, não foram apuradas. Mas, ele dá parecer favorável. Se fosse de um Prefeito do MDB que tivesse cinco cruzeiros não explicados, meu Deus do Céu, era capaz de estar na cadeia. Mas, é do Governo da ARENA. Mas, nós também, deste Parlamento, não estamos, efetivamente, exercendo o poder de fiscalização; essas denúncias teriam que ser feitas com muito mais acuidade e muito mais frequência, porque elas existem e as irregularidades continuarão existindo. Vou votar favorável; não é atitude de rebeldia; é uma atitude de coerência, porque vou continuar pedindo estradas para o meu interior e atendimento às prefeituras, o que não tem sido feito.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos, apenas, de, após a análise mais pormenorizada dos colegas, principalmente, quanto ao aspecto da constitucionalidade, rever o que se fez na Comissão de Constituição e Justiça, da Casa. Até porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que nós, pormenorizadamente, cotejamos todos os artigos deste projeto, nós vemos em primeiro plano o Art. 1.º, de uma maneira tão genérica focalizar que fica o Poder

Executivo, através da administração direta ou indireta, começa aí a nos preocupar. Esta delegação extraordinária do próprio Poder, autorizada durante o período de 1979 a 1983, a contratar empréstimos, obter financiamentos internos etc, etc.

Parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estas duas colocações iniciais que fica o Poder Executivo através da administração direta ou indireta, autorizar durante o período de 1979 a 1983, são extremamente sérias, não só para a bancada do MDB, mais ainda para a própria bancada da ARENA que tem aqui número majoritário, porque nós estaremos, efetivamente, dando uma procuração, se assim podemos dizer, para que se cotejem verbas nos níveis possíveis, durante o período 79/83 dos nossos mandatos.

E a Assembléia Legislativa do Paraná, Sr. Presidente? Durante todo este período? Ficaria efetivamente a assistir estes empréstimos, estas verbas, durante estes longos anos, sem poder acompanhar, especificamente, "paripassu", a realidade destes investimentos?

Além do mais, Sr. Presidente, analisando, como disse, os pormenores do artigo 6.º, não me convenceram as informações, inclusive novamente trazidas aqui pela Liderança, de que a caução de ações seria efetiva exclusivamente a empréstimos internos. Se assim efetivamente se trata, a colocação, se posso pedir vênua, a colocação exposta no projeto, é um tanto quanto ambígua e não diz respeito, especificamente, a empréstimos de ordem interna.

Generalizam. No momento que generalizam, é lógico que atingem também os empréstimos externos e aí nós entraríamos nas colocações sérias aqui feitas pelos colegas Tolentino e dos demais, bem como a exposição feita por Deni Schwartz. E, por esta razão, com honestidade de princípio, retifico a posição e voto contrário, conforme já foi manifestado aqui; me reservando, portanto, Sr. Presidente, uma análise mais pormenorizada destes dados na sequência da discussão da matéria.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, na oportunidade que ocupei a tribuna, realmente não chegamos a concluir o raciocínio a respeito desta matéria judiciosa que estamos tratando. E um dos problemas mais agudos para o legislador, nestes tempos, é justamente se fixar no problema relativo a constitucionalidade de matérias.

As reformas constitucionais que têm sido feitas, visaram dar uma proteção específica para o Governo, quanto ao problema de emendas constitucionais e no problema específico da votação do veto, e relativos a matérias de interesse patrimonial, não há qualquer alusão nas constituições. Entretanto, onde o legislador do Riacho Fundo procurou se fixar, foi apenas no problema do processo legislativo, específico das emendas constitucionais. Aí sim, o legislador procurou fixar um "quorum" de maioria absoluta nas emendas à Constituição. E, para isto, se valeu de poderes extraordinários que, no meu entender, não tinha.

Entretanto, Sr. Presidente, nas matérias relativas à alienação de imóveis, ou de títulos representativos de valores nas ações, de um modo específico que são como que uma extensão do capital específico. Então, nesta parte, parece-me e deixo aqui, Sr. Presidente, mais uma indagação. Quero que os Anais desta Casa, registrem esta ponderação: o problema do "quorum" qualificado para o tratamento desta matéria. -- E já houve aqui nesta mesma Assembléia, indagação, discussão de alto nível, na legislatura anterior, quando se buscava um arrimo correto, verdadeiro, para uma direção deste Poder, no especí-

fico sentido de conceder, autorização legislativa para contração de empréstimo. E naquela oportunidade, Sr. Presidente, chegou-se à conclusão de que para contrair empréstimo, e para se dar em garantia, títulos e ações, em que o Poder Público é detentor majoritário, das ações ordinárias de empresas, haveria de se dar esta autorização mediante o voto qualificado; ou seja: 2/3. E não, maioria simples ou maioria absoluta, consoante quis o legislador para as emendas constitucionais.

Se exige para o veto, exigir-se-á também para o problema de alienação ou de disposição do patrimônio público. Esta é a indagação que faço e deixo registrado nesta Casa, que é exatamente neste aspecto e também quero, mais uma vez, colocar que, disse o eminente Líder da ARENA, da maioria desta Casa, que se tratava, se não entendi mal, se tratava de um aspecto de incoerência da nossa posição. Da posição da bancada do MDB.

O problema não é de incoerência; é que, naquela oportunidade, em se fazer, em se aderir ao parecer da Comissão de Justiça, evidentemente que nós chegamos a indagar, da constitucionalidade do projeto, na forma em que ele está sendo colocado. E a nossa preocupação não é só quanto ao aspecto constitucional. Mas, nos atendo ao aspecto eminentemente constitucional penso que, como se passa nos tribunais, em que seja permitida e até há penitência, quando se modifica a colocação de voto. Evidentemente que não se trata de incoerência, mas de se buscar numa forma conscentânea com o pensamento com o melhor entendimento. E revisando a doutrina constitucionalista, tenho, para mim, Sr. Presidente, que é duvidosa a situação de constitucionalidade na forma em que está sendo proposta esta matéria, pelo Poder Executivo.

Penso que, não seria odioso e nem tão pouco, diminutivo e muito menos desonroso, fazer-se de público, esta confissão, de que hoje, examinando "pari passu" o texto deste projeto e mais ainda, Sr. Presidente, buscando subsídios nas constituições e nos doutrinadores, constituições, que vamos dizer a verdade está de plantão agora, o de capa marron; é difícil não se entender, que, quando o Governo, podendo caucionar ações da COPEL, vamos dizer, é difícil não se entender que há inconstitucionalidade pelo que diz mesmo o artigo 168 e § 1.º da Constituição Federal.

A nossa preocupação não é conceder ou deixar de conceder; é buscar legitimamente na concessão. E é uma preocupação que chamo a atenção de Sua Excelência o Líder do Governo nesta Casa. E tenho para mim que, modificando em tempo, isto é, tempestivamente, o meu voto na C.C.J. - e faço isto com penitência - penso que, na dúvida é melhor ficar com o bom senso. Ficaria pela inconstitucionalidade da matéria. É este o meu voto, Sr. Presidente. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Continua em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA -- Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA -- Sr. Presidente, sei que o Senhor já está cansado, mas me permita, rapidamente, apenas para esclarecer um ponto que a mim atingiu profundamente, dada a responsabilidade que nós temos:

Quando usava da palavra - e no meu entendimento, brilhantemente realizou uma explanação, o Deputado Adalberto Daros, apontando diversos problemas de inconstitucionalidade desse projeto, o Deputado Gabriel Manoel, nobre Deputado da ARENA, dizia que apenas teorias eram apresentadas nas leituras feitas pelo Deputado que ocupava a tribuna.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, que sem livros e sem leituras não se faz um País.

E se nos encontramos no estágio considerado por muitos, de um País subdesenvolvido, e de um alto índice de analfabetos é justamente porque interessa, lamentavelmente, até

plagiando a Mesa, que sempre lamenta - estamos evitando que a teoria, os livros e as leituras cheguem até o nosso povo.

Porisso é que o MDB, após as apreciações dos Deputados que apontaram a condição inconstitucional desta matéria, Deputado Adalberto Daros, posteriormente o nosso constitucionalista, Fidelcino Tolentino, também abordando com muita prioridade tal matéria, é que o MDB, mesmo tendo ficado com questão aberta, mas vai se colocando - e quase todos os Deputados, senão todos o farão - contrário a esta matéria.

Ainda que não se discuta o mérito político da "coisa", mas como esse empréstimo pode ser usado até 1.983, tenho certeza que politicamente o Governo e os homens da ARENA estarão usando esse empréstimo contra os homens do MDB que fazem política; MDB que já sofreu muito na carne, com as máquinas montadas para derrubá-lo, e que, por certo, com tanto dinheiro que poderá vir e deverá vir, dada a aprovação que deverá ocorrer por parte da ARENA, essa máquina será mais forte do que nunca nas próximas eleições.

Era isso, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 45/79, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei n.º 45/79, queiram levantar-se. (Pausa)

33 Srs. Deputados o aprovam; 18 o rejeitam.

Aprovado o Projeto de Lei n.º 45/79.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 08/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 11/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios paranaenses, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, mediante a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 15/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, com a intervenção de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 40/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras de complemen-

tação da Via de Ligação Curitiba-São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 43/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios paranaenses, com a intervenção de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 44/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a participação e intervenção de órgãos que especifica, que objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 37/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de CURITIBA, objetivando apoio financeiro em obras de infraestrutura da Capital, constantes do "Programa Especial de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Senhores Geraldo Goelf e Edson Batista, ocorrido no Município de Guarapuava.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo pavimentação das estradas do trecho que liga o Município de Santa Helena a Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança, no sentido de que mande apurar a responsabilidade do atentado cometido pelo policial Antônio Luiz Macente contra os irmãos Antônio e Ângelo Parussi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, constantes do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações à Editora "Beija-Flor" Ltda.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de determinar ao Departamento competente, sejam efetuadas reformas e ampliação no prédio do Grupo Escolar "Gabriela Mistral", situado no Distrito de Florianópolis, também em Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Câmara do Paraná, contendo reclamos da região do médio paranapanema.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes às diversas autoridades, no sentido de que sejam tomadas adequadas e urgentes providências objetivando imediata alteração quanto a época de recebimento em nosso Estado, de propostas e aprovações de financiamentos de custeios agrícolas das culturas de soja, milho e trigo.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, no sentido de que informe quais as CIRETRANS envolvidas no derrame de Carteiras de Habilitação "frias", ou com vícios de origem.— Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de prestar informações sobre paralização da obra asfáltica, estrada PR-151 - Palmeira-Ponta Grossa. — Em discussão.

O SR. CYRO MARTINS e SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Deni Schwartz, Fiori Luiz e Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a convocação do Sr. Secretário dos Transportes, para, perante a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, prestar esclarecimentos.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Delegacia Regional do IBDF, no sentido de que sejam efetuadas investigações quanto à denúncia formulada pelo jornal "O Estado do Paraná", de que uma reflorestadora está explorando seus empregados na região de Carambeí.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil no Paraná, no sentido de que informe sobre a data em que serão instalados os Postos Avançados de Serviços, criados pelo referido Banco, em vários municípios do Estado.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi,

lido da tribuna, solicitando instauração de inquérito administrativo, contra os atos de abuso de poder do Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado, tendo em vista a carta denúncia, ao Sr. Secretário da Segurança Pública.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial composta de cinco Srs. Deputados para, "in loco" conversar com os agricultores da região de Itaipu, com o objetivo de averiguar sobre indenização.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita dos Srs. Líderes, a indicação dos Senhores Deputados para comporem a referida comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes à COPEL, SANEPAR e TELEPAR, através do Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam envidados esforços a fim de não se permitir cortes de luz, água e telefones às sextas-feiras, sábados, nos dias que antecedem a feriados e de guarda.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção na Ata dos trabalhos desta Casa, do artigo jornalístico publicado no jornal "O Estado do Paraná" sob o título "Que Herança..." **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro da Justiça, Presidentes do Senado Federal e Câmara dos Deputados e Presidentes do MDB e ARENA, no sentido de que, na reforma partidária que vem sendo anunciada, seja previsto o pluripartidarismo sem a obrigatoriedade de extinção dos atuais Partidos.— **Rejeitado.**

O SR. RENATO BERNARDI — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Concederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

17 Srs. Deputados o aprovam; 27 Deputados o rejeitam.

Rejeitado o requerimento. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 124/78, 11, 15, 22, 36 e 40/79;

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/79 e dos Projetos de Resolução n.os 26/78, 28, 29, 34, 35, 36 e 37/79.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 79 e 165/78 e dos Projetos de Resolução n.os 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21/79.

Levanta-se a sessão.